

2. Nenhum elemento deverá ser apoiado, pendurado ou encostado nas Luminárias Ornamentais da Light, tombadas pela Resolução nº 05/CONPRESP/2022, sendo requerido especial atenção na ocasião da montagem e desmontagem do evento, com o intuito de preservar a integridade das mesmas;

3. Todas as estruturas do evento que envolvam montagem deverão ser autoportantes, apenas apoiadas sobre o piso, de modo que não seja necessário realizar furações ou fixações em qualquer superfície;

4. A infraestrutura necessária a realização do evento deverá manter um afastamento mínimo de 1,50m em relação ao alinhamento das edificações tombadas, deixando-as totalmente livres e desobstruídas de qualquer interferência, de modo a garantir a integridade das suas fachadas, respectivos revestimentos e demais elementos constitutivos;

5. As áreas de piso, nas quais estejam previstas a instalação de serviços de bar e alimentação, sanitários químicos e geradores elétricos, deverão ser protegidas por camada impermeável, de modo a evitar o derramamento de líquidos;

6. Os fechamentos metálicos deverão ser vazados, de modo a permitir a livre fruição visual dos bens tombados pelos transeuntes;

7. O "*Megatron*" deverá ser posicionado preferencialmente em área com piso de concreto;

8. O nível de ruído deverá atender ao limite estabelecido na LPUOS;

9. Em até 30 dias após a finalização do evento, apresentar relatório fotográfico que demonstre a execução da proposta, compreendendo montagem, realização e desmontagem, fazendo menção a intercorrências, se houver, e à autoria das fotos;

10. A não apresentação do relatório fotográfico requerido no item anterior implicará na inviabilidade do deferimento de novos pedidos de eventos e/ou instalações temporárias para o mesmo proponente.

A presente análise é focada exclusivamente na salvaguarda dos bens protegidos do ponto de vista da legislação preservacionista municipal, devendo ser observadas pelo proponente as demais legislações pertinentes, notadamente o Decreto nº 49.969/2008, considerando a estimativa de público, os protocolos sanitários e a necessidade de emissão de autorizações por outros órgãos da administração pública, inclusive CPPU, se for o caso.

Adverte-se que os pedidos para análise e aprovação de eventos e/ou instalações temporárias devem ser protocolados no DPH/CONPRESP com no mínimo 30 dias de antecedência do início da data de montagem, com observância da documentação indicada na Resolução nº 54/CONPRESP/2018.

I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior retorno para SMC/DPH-SS para aguardar relatório fotográfico.

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

NÚCLEO CONTRATOS

Documento: [111396487](#) | Despacho deferido

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6027.2023/0009817-3

INTERESSADO: JOÃO EDUARDO RANDOLI

ASSUNTO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

DESPACHO

O Coordenador da Coordenação de Fiscalização Ambiental - CFA, nos termos da competência que lhe foi conferida, considerando o disposto no **Decreto Municipal nº 54.421/13, RESOLVE** em conformidade com o estabelecido na **Lei Federal nº 9.605/98**, regulamentada pelo **Decreto Federal nº 6.514/08**, tendo em vista a lavratura do **Auto de Infração nº 26576** e seu respectivo **Auto de Multa nº 67-015.175-1**, ambos constantes do **Processo Administrativo SEI nº 6027.2023/0010041-0**, à vista das manifestações do Grupo Técnico de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas - GTRAAD e da Assessoria da Coordenação de Fiscalização Ambiental - CFA, sobre a viabilidade da proposta para reparar o dano ambiental apresentada pelo infrator no Processo Administrativo SEI nº 6027.2023/0009817-3, **DEFERIR** o pedido de celebração de TAC ora oferecido e a consequente **LAVRATURA do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC** com o interessado **JOÃO EDUARDO RANDOLI**, inscrito no **CPF/MF sob o nº 146.282.858-29**.

GRUPO TÉCNICO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS

Documento: [111380829](#) | Comunique-se

6027.2023/0019658-2 - TAC - Análise de Termo de Ajustamento de Conduta

Interessados: Jônatas Domingues Klava

COMUNIQUE-SE: (Apresentar registros fotográficos das novas áreas do plantio externo;2- Apresentar autorização para o plantio nos logradouros públicos)

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E APOIO AOS COLEGIADOS

Documento: [111398101](#) | Ata

Ata da 268ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

Data: 18/09/2024

Duração: 2 horas, 17 minutos e 16 segundos

Local Presencial: Secretaria do Verde e Meio Ambiente - andar térreo - sala de reuniões

Online: Microsoft Teams

PAUTA

1. Aprovação da Ata da 267ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;

2. Posse da Conselheira Titular Giovanna Estevam Saquietti, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL;

3. Apresentação do tema "Gestão da Biodiversidade" pelo Sr. Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM);

4. Apresentação e deliberação do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre pelo IPT e pela Sra. Anita Correia de Souza Martins - Diretora da Divisão de Gestão de Unidades de Conservação (DGUC).

PARTICIPANTES

Mesa Diretora:

· Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário

· Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto

· Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC

· Rute Cremonini de Melo - Secretária Executiva - SVMA/CGC/DPAC

Assessores:

· Sérgio Eduardo Hatsumura Hanasiro - Assessor

· Neusa Pires - Assessora

Apresentadores convidados:

· Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM)

Técnicos Convidados:

· Alessandra Gonçalves Siqueira - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

· Mariana Hortelani Carneseca - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Conselheiros (as)

· Lígia Palma de Barros Latorre Lobo

· Marcos Antônio Santos Romano

· Giovanna Estevam Saquietti

· Guilherme Iseri de Brito

· Janaina Soares Santos Decarli

· Fernando Seoane Miquelin

· Adriana Maria Sabbag Neuber

· Magali Antônia Batista

· Cláudio de Campos

· Kelly Akemi Mimura

· Ana Lucia da Costa Negreiros

· Marcia Ramos dos Santos

· Alexandra Viegas Oliva

· Rosélia Mikie Ikeda

· Anita de Souza Correia Martins

· Juliano Ribeiro Formigoni

· Gilson Gonçalves Guimarães

· Carlos Alberto Maluf Sanseverino

· Marco Antônio Lacava

· Estela Macedo Alves

· Ricardo Crepaldi

· José Ramos de Carvalho

· Fanny Elisabete Moore

· Maria de Fátima Saharovsky

· Delaine Guimarães Romano

· Celina Cambraia Fernandes Sardão

· José Reinaldo Brígido

Ouvintes

· Maria Ivone da Silva - Conselheira CADES Perus

· Sirlei Bertolini Soares - Conselheira RVS Anhanguera

· Eric Thal Brambilla Cordeira da Silva - Conselheiro RVS Anhanguera

· Claudia Maksoud - CADES Santo Amaro

· Sylvia Maria Matsuda - SVMA/CGPABI/CEMACAS

· Edna Maria Gomes Cavalcante - muncipe

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Declaro aberta a 268ª Reunião Ordinária CADES. E passar para a Liliane que coordena, para dar seguimento à pauta do dia de hoje. Acho que a gente começa com a aprovação da última ata, posse de conselheiro e depois a apresentação pelo pessoal da gestão de unidades de conservação. Acho que é isso, é com você, Lili, por favor.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, secretário Ravena. Obrigada ao presidente da mesa que é o Carlos Vasconcelos. Obrigada por você estar aqui presente, presencialmente conosco aqui. Hoje a sala está cheia, viu, secretário Ravena? Tanto online, quanto aqui. Eu fico muito feliz com isso.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Eu estou aqui no (som ininteligível). Só vou assinar algumas coisinhas e eu faço a reunião daí. Só terminar duas coisinhas aqui.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CG: Antes de iniciar nosso primeiro ponto do expediente, ficamos confiados ao nosso grupo do WhatsApp, que todos já estão no grupo, pela nossa conselheira Fanny, que no dia 23 de setembro ela falou com a gente sobre ter uma reunião extraordinária. Então a gente vai deixar para o final da reunião a gente decidir isso. Então passamos para o primeiro ponto do expediente: Aprovação da ata da 267ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Dessa forma colocamos em votação. Damos como aprovada a 267ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Então agora passamos para o segundo ponto do expediente: Posse da Conselheira Titular, Sra. Giovanna Estevam Saquietti, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Seja muito bem-vindo aqui você e o Gui, novamente, está com a gente aqui. Eu quero agradecer imensamente. Passando agora a palavra ao nosso presidente para dar a posse, por favor.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Dada a posse, a Giovanna. Obrigado pela presença. Obrigado. Ela está aí, né?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Está. Vem cá, Giovanna, por favor. Você já fala aqui com o secretário. Ela e o Guilherme, o Guilherme já é da casa secretário. Ele já está aqui quase todo dia com a gente, né?

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: O Guilherme a gente já sabe. Giovanna seja bem-vinda, declaro empossada como conselheira titular seguimento do poder público, obrigada pela presença, espero que você acrescente e traga muita coisa para esse conselho que é muito importante para a Cidade. Declaro empossada na vaga. Obrigado.

Giovanna Estevam Saquietti: Obrigada, estou muito feliz de estar aqui como representante do CONFEMA também, então acho que a gente vai conseguir construir bastante coisa juntos.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada secretário, obrigada Giovanna, nossa conselheira também no CONFEMA, empossadas a pouco tempo. Aqui tem a página considerando a publicação da portaria 157, de 20 de agosto de 2024, nesse ato da posse, né? É bom deixar isso declarado aqui e gravado, por favor. Aqui era a fala do secretário Ravena, mas estou já repetindo que, por favor, está de transcrição. Passamos agora para o terceiro ponto do expediente: Apresentação do tema gestão de biodiversidade, com o nosso querido Felipe, que ele está com a gente aí nos plantios das subprefeituras, trabalhando muito

bem comigo e com a Rute. A gente está percorrendo aí as 32 subprefeituras, vendo onde está faltando a parte de plantio e ele está aí com a gente. Quero te agradecer imensamente, Felipe, sobre a sua pontualidade, o seu respeito com a gente, junto com os nossos conselheiros, com os 32 CADES Regionais. E hoje ele está aqui conosco para fazer também a parte da apresentação dele. Por favor, Felipe, seja muito bem-vindo. Secretário.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Felipe, bem-vindo. Eu queria dizer para os conselheiros que o Felipe está trabalhando também em uma ação importante do PMAU, que é a elaboração das espécies que são indicadas pela Secretaria para plantio reparatório e compensatório, inclusive, para o plantio da própria Secretaria. Ele deve estar concluindo isso, mas essa apresentação de hoje é muito importante porque integra essas ações de divulgação da ação da Secretaria com relação à arborização e desenvolvimento da cobertura vegetal da cidade. Obrigado, Felipe. Por favor.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Maravilha. Vou colocar a apresentação aqui. E aí a gente já fala rapidinho. São 20 minutinhos, né?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Isso, Felipe. Por gentileza. Porque depois entra mais dez, para as perguntas.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Tudo bem. Está abrindo aqui. Está aparecendo para vocês a apresentação?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sim. Já está aqui na sala também presencial. E online também.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Maravilha. Então, gente, vindo aqui até conjunto com o que o Ravena trouxe. Estou participando, coordenando o PMAU para a indicação das espécies arbóreas para a arborização urbana, para a recuperação ambiental também. E isso vem bem de encontro com essa questão da gestão da biodiversidade. Então a gente entender quais são as espécies, como que a gente constrói a cidade pensando tanto na resiliência, tanto na melhoria dos serviços ambientais, para a cidade, e aí eu vou trazer para conversar com vocês aqui um tema que é os conceitos mais básicos para a gente começar a falar sobre a gestão da biodiversidade, senão a gente começa a conversar lá em cima sobre a conversa e às vezes a gente não está bem consolidado nos pontos mais básicos, entender a base sobre essa gestão. Então basicamente eu vou trazer aqui para vocês, vou focar bastante na flora, mas isso não vai falar especificamente da flora. Então vou trazer aqui para vocês um pouco da questão da origem das espécies. Uma conceituação em relação à origem das espécies. A gente fala muito sobre espécies nativas, exóticas, invasoras, então vou conceituar um pouco para vocês isso. Então, o que são as espécies que a gente chama de espécies nativas. As espécies nativas são as espécies que são encontradas naquela região, em alguma fitofisionomia, no bioma, formação vegetal, que sempre estiveram lá, sem ação antrópica, ou seja, não teve nenhum ser humano que pegou essa espécie e levou para ser cultivada nesse local. E aí, às vezes, vocês podem perguntar, mas Felipe, isso aí são espécies endêmicas? E não, não são espécies endêmicas. As espécies endêmicas são espécies que ocorrem apenas naquela formação, apenas naquela região. Eu vou dar exemplo de uma espécie que se chama Cataia, que só tem na Ilha Cumprida, por exemplo. É o único local que existe. Então, assim, isso seria o endemismo. Nesse caso, a planta que ela é nativa, ela pode ter ocorrência nativa em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em outras localidades. Então, a natividade é a planta que ela sempre esteve lá naquele local. Porque é tão importante a gente falar das plantas que são nativas, a gente tem muito hoje em dia sendo falado sobre as plantas espécies resilientes. E se a gente for buscar um histórico sobre as espécies nativas, e elas sempre estiveram aqui desde que a gente chegou nesse local, são espécies que passaram por diversas intempéries, diversas mudanças climáticas, diversas eras geológicas aí e essas plantas elas resistiram neste ambiente com essas formações, então as espécies que são nativas desse local por si só elas já representam parte de uma resiliência nesse local e isso a gente está falando em ambientes mais naturais, mas então essa é uma espécie que elas já têm uma resiliência natural a esses ambientes onde a gente está configurando essa estrutura. Em conjunto com isso, a gente tem as espécies que são as exóticas. Exóticas, o nome já dá uma dica, ex que vem de fora. As espécies exóticas são de fora daquele ambiente, daquela região, daquela formação vegetal. São espécies que naturalmente ocorrem fora daqueles locais. A gente pode ter, por exemplo, dois biomas que são brasileiros, a mata amazônica e a mata atlântica. Então, uma espécie que é nativa da Mata Atlântica, se você traz uma que é da Mata Amazônica, ela se torna exótica nesse ambiente, porque ela é de outro bioma. Não que não seja do Brasil e tudo mais, mas ela é exótica a esse bioma. E aí a gente vai começando a consolidar e construir.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Felipe, desculpe te interromper, mas você está mexendo no slide? Porque ainda está na gestão de biodiversidade.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Ah tá, não mudou?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Não.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Deixa-me ver o que eu faço com isso.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Exóticas, agora sim, você está no terceiro.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Na apresentação ela não vai, então eu vou ter que deixar desse jeito mesmo, vai ficar com isso aqui no canto. Então só para voltar esse outro, slide curtinho. Então nativa é o conceito do que eu falei, exótica também. Ele é de fora, então a gente começa a construir e consolidar aquilo que eu comentei sobre a espécie, que ela se torna mais resiliente. Então a exótica, aquele ambiente, ela não tem tanta resiliência dentro deste ambiente, aqui no caso, no município de São Paulo. E aí as espécies que são chamadas de invasoras, a gente ouve bastante falar delas também. Então, por definição, as invasoras são espécies que são exóticas, só que a diferença da exótica que eu falei anteriormente é que ela tem uma propagação em grande escala, além do local do qual ela foi plantada. Então se eu planto ela num ponto A, em muito pouco tempo ela vai começar a expandir além daquele ponto A de forma natural, de forma espontânea. E aí a gente tem alguns problemas que são vinculados a esse comportamento dessa espécie. Ela começa a competir com as espécies locais e ela começa a trazer a simplificação dos ambientes. O que é essa simplificação dos ambientes? É quando você começa a diminuir a biodiversidade. Então no Brasil a gente tem uma biodiversidade muito grande de flora e de fauna. Então a quantidade de espécies por região é muito grande. Quando você começa a trazer essas espécies que são invasoras, elas começam a competir com as locais e começa a prevalecer ela ou algumas que são mais resistentes. Então você começa a diminuir essa biodiversidade. E aí a gente tem uma relação da simplificação de ambientes. O IPC traz, por exemplo, que as mudanças climáticas geram diminuição da biodiversidade, ou seja, simplificação de ambientes. E a simplificação dos ambientes também agrava os problemas das mudanças climáticas. Então ele entra dentro de um ciclo vicioso de degradação dos locais. Então quanto menos espécies que são ditas como invasoras, a gente preserva essa biodiversidade local. A gente auxilia na preservação dessa biodiversidade local. E para a gente começar a entender essa relação toda, falar brevemente para vocês sobre alguns conceitos de ecologia e ecossistema, que a palavra ecologia vem do grego, onde a gente tem "oikos", que quer dizer casa, e "logia", que vai falar de estudo, saberes, conhecimentos. E nesse estudo de ecologia, não vou entrar a fundo na ecologia, mas ela vai estudar as relações intraespecíficas e interespecíficas. O que quer dizer isso? Intraespecífica, toda a relação dentro daquela mesma espécie. E a interespecífica, ela vai ser a relação daquela espécie com as outras espécies ao redor dela. E a gente vai entender para isso alguns fatores que são abióticos, que são temperatura, umidade, formação de solo, são todos os fatores que não têm vida estabelecida. E fatores bióticos como plantas, animais, micro-organismos, então tudo que possui vida que vai interagir e isso vai constituir habitats, que são os locais onde vai habitar, então é uma formação de campo, é uma formação florestal, é uma formação aquática, então isso é um habitat e o nicho, que são todas as funções que esse habitat produz para que aquela vida estabelecida ali, tanto vegetal quanto animal, consiga sobreviver naquele espaço, naquele ambiente. E aí estes ambientes possuem uma relação muito intrínseca de fauna e flora. Então isso vai interagir ao longo de milhões, centenas e milhões de anos e vai coevoluir. Então vai evoluir a fauna juntamente com a flora. Então você vai evoluir a espécie às vezes vegetal com algumas espécies fauna que vão fazer aquela polinização ou que vão utilizar essa espécie vegetal para fazer abrigo ou para se alimentar. Então você vai ter uma coevolução que ela vai acontecer conjuntamente e relacionado a outros fatores como, por exemplo, formação de solo. Então você vai ter solos mais profundos, menos profundos, a constituição desse solo. Então quais são as espécies de plantas que sobrevivem nesses locais. Quais são os animais que conseguem se alimentar dessas plantas? Então você vai começando a constituir a biodiversidade desse local entre fauna e flora. Então o clima, a temperatura desses locais, o regime de chuvas. Então eles começam a ter essa evolução e trabalhar a evolução e a mudança dos locais. Vou dar um exemplo muito breve que a gente tem visto bastante a questão da Amazônia. Então a derrubada, por exemplo, de grande parte da floresta amazônica implica na diminuição de chuvas aqui no Sudeste, por exemplo, ou dá outros impactos que tem um excesso de chuvas no Sul, por exemplo, que a gente viu aí no começo do ano. Então a gente começa a ter essas alterações dos ambientes relacionados à biodiversidade, que conseguem manter o regime hídrico, alterar clima e temperatura. Então a gente começa a ter essa diferenciação. Dentro de cada bioma a gente tem diversas fitofisionomias. Falar bem brevemente aqui, por exemplo, dar um exemplo da Mata Atlântica, que é a maior bioma do nosso município, que a gente tem desde lá, depois da Serra do Mar na região litorânea, formações como Restinga, aquela formação que é na areia, matas aluviais, que são matas que encharcam de vez em quando, alagam. Mangues aí a gente vai ter nos campos que vão subindo já as alturas da encosta da Serra do Mar. Aí a gente vai ter as formações também já mais locais aqui, formações de base e tudo mais, mesma forma do Cerrado, formações campestres, savânicas e formações mais florestais também. Então a gente tem uma diversidade de fitofisionomias muito grande e cada fitofisionomia você vai ter geralmente plantas mais específicas àqueles locais e animais também, fauna adaptada a esses locais também. E com a modificação dos ambientes, e isso a gente se dá muito as relações antrópicas, a relação do ser humano com os ambientes, a gente vai começando a alterar essa condição natural, essa estabilidade que foi estabelecida ao longo de milhões de anos. Então, por exemplo, quando a gente faz o plantio de espécies invasoras, como comentei no começo, e aí como eu comentei, a exótica não tem essa proliferação muito grande, mas se a gente, ser humano, começa a plantar muitas exóticas no mesmo local, a gente

começa a ter um efeito muito semelhante ao da espécie invasora, por exemplo. Então a gente vai simplificar esses ambientes, então aí é o ser humano alterando e simplificando esses ambientes e aí as consequências problemáticas vinculadas são as mesmas das invasoras. Então às vezes quando a gente tem um processo pouco planejado ou não planejado da expansão urbana, quando a gente tem explorações de interesse econômico, ou seja, plantações de monoculturas, então a gente vai ter impacto nesses ambientes, ou seja, a gente tira aquela biodiversidade que evoluiu ao longo de milhões de anos para que a gente coloque uma, duas, três espécies de culturas. Então esses impactos vão se dando ao longo do tempo. E além do que a gente começa a restringir, minimizar e alterar os serviços ambientais. E o que são esses serviços ambientais, são serviços que a gente chama de serviços, porque pela nossa ótica às vezes muito econômica, que eles são gratuitos. Que pelo simples fato daquela vida estar vivendo naquele ambiente, ela produz efeitos que são positivos para a gente e para a biodiversidade. Vou dar um exemplo que é muito conhecido que são as abelhas. Então a abelha que ela vai lá se alimentar do néctar, do pólen daquela flor, ela faz a polinização fazendo isso em diversas outras flores. Então esse serviço é um serviço fundamental. Por quê? Sem polinização você não tem produção de frutos. Se você não tem produção de frutos, você não tem alimento. E ao mesmo tempo também, se você não tem o fruto, você não tem a semente. Se não tem semente, não nasce um novo indivíduo. Se não nasce um novo indivíduo, você reduz aquele ambiente também com o tempo. Então esses serviços ambientais são fundamentais com essas modificações antrópicas eles vão sendo reduzidos e seguramente esses serviços ambientais são até muito pouco rastreados, porque às vezes alguns serviços ambientais são muito diminutos, então às vezes é uma relação muito pequena de uma formiga, um pequeno inseto, que quando somado a outros serviços ambientais a gente tem a representatividade mais macro, que a gente consegue enxergar e sentir essas diferenças também. E aí qual que é a grande problemática disso também? A gente chegar num ponto de não retorno. Então esse desencadeamento de problemáticas começar a chegar num ponto que a gente não consegue mais voltar atrás. Então por isso é muito importante a gente olhar para a nossa biodiversidade e saber gerir ela de forma cada vez mais adequada. Ou seja, priorizando a gente conseguir reconstruir ou trazer espécies e formação de ambientes com essas espécies que são nativas, esses locais que por si só já são mais resilientes a esse espaço, como a gente tem hoje, que é uma grande alteração, mas a gente começa a trazer essas espécies para que participem dessa construção e formar espaços resilientes para que a gente tenha maior resistência aos impactos das mudanças climáticas. E um ponto vinculado a isso é o racismo ambiental, que basicamente é o quê? As pessoas que são mais vulneráveis, elas vão sofrer muito mais esse impacto. Então a gente começa a ter uma discrepância muito grande, quem está mais vulnerável sofre mais com estes impactos e quem está menos vulnerável sofre menos, mas todos sofrem no final das contas. Vou trazer para vocês algumas ilustrações de algumas espécies invasoras, para que a gente comece a ter um olhar para essas espécies invasoras, para que a gente comece a manejar isso. A gente quanto ao Poder Público, nós estamos realizando esses manejos, mas seria importante também o CADES, como estão no território todos os dias, ter esse olhar mais pontual para que também auxiliem nesses manejos dessas espécies que são invasoras. Vamos ter aqui algumas espécies que são arbóreas, palmáceas e arbóreas, que tem outra dinâmica de manejo, então não necessariamente essas espécies, mas tem espécies que são herbáceas, arbustivas, que aí a gente consegue ter um olhar um pouco mais aproximado. Essa aqui acho que é a mais famosa, que é a Seafortia, que é uma palmeira que tem origem australiana. Que é uma palmeira maravilhosa, muito linda, que é essa dos pouquinho vermelhos. Só que a propagação dela é gigantesca. Então a gente vê aqui a quantidade de frutos germinados ao redor dela. Óbvio que não são 100% desses frutos que vão conseguir sobreviver, mas você vê que aqui ele já começa a suprimir o nascimento de outras espécies. Então, por mais que sobreviva uma ou duas daqui desse montinho, vamos dizer aqui, de plantas, já impedi de outra espécie nascer aqui. Então, isso vai começando a dar um efeito de clareira no local e só permanecendo assim a forte. Mais alguns exemplos, a gente tem aqui o singônio, que é uma espécie que ela vai tanto rasteira, que ela fica mais clarinha assim quando ela está rasteira, quando ela começa a subir como se fosse uma trepadeira, nas árvores, nos postes, qualquer local que tenha para subir, ela vai subindo e aí ela fica mais verdinha assim e esses lóbulos dela aumentam. Então é uma espécie que ela é invasora. Então, às vezes a gente tem no nosso quintal, no nosso canteirinho, ela é muito bonita, mas ela facilmente se propaga. Então, às vezes, ela cai em uma região de mata e começa a trazer alguns impactos negativos para esse local. Outro aqui, o bambu japonês, que ele vai fazendo essa formação somente de bambu. Então, você vê que não tem mais nada nascendo aqui. Então, aqui você vai ter uma gama de animais de fauna e de flora muito baixa. Só vai ter o bambu, que aqui é essa aparência dele. A Maria sem-vergonha, que é aquela que você aperta o frutinho que explode, considerada invasora. O lambari roxo que é uma forração que ela é maravilhosa, porque a gente vê às vezes as plantas que se dão bem em qualquer local que a gente planta e ela pega muito fácil, isso é uma característica de invasora também. Então esse lambari roxo, qualquer galho dele que você pega e espeta, ele enraíza e vai. Só que ela também é uma invasora, ela começa a competir, está vendo? Aqui ela competindo com outras espécies, ela vai sufocando, vai ficando só ela. Mesma coisa o alumínio, que é uma outra espécie rasteira que vai se desenvolvendo assim. O Filodendro, na verdade, ele ainda não está sendo considerado invasora. Mas uma delas ainda não é considerada invasora, mas a gente está estudando porque o comportamento é tão invasor quanto as outras. Então a gente está verificando essa informação, mas são espécies que são rasteiras e

conseguem subir em árvores e outras formações. Os lírios-do-brejo, e aí os lírios-do-brejo porque são diversas espécies desse mesmo gênero, que eles são exóticos, também invasores, e eles começam a dominar, vocês veem a formação como ele fica aqui, e principalmente nas áreas de preservação permanente, são áreas que são ao redor dos corpos hídricos, o que é extremamente interessante porque a gente tem uma biodiversidade muito grande. E a gente começa a ter uma simplificação só com o lírio do brejo. E ele começa com o tempo, às vezes em uma nascente, em algum corpo d'água menor, ele começa a secar esse ambiente. Então a gente começa a prejudicar diretamente o corpo hídrico com ela. Uma extremamente conhecida que é a braquiária também. O pau incenso, que é uma outra espécie que tem uma florzinha linda, um frutinho maravilhoso, só que ele também é uma outra espécie que é invasora. A Nespereira, que é aquela que produz aquelas ameixinhas amarelas. Então, alguns exemplos de espécies que são invasoras. O interessante é que essas espécies não estejam participando tanto das massas vegetais que a gente tem dentro do município, já que a gente alterou tanto essas massas vegetais. Então, o ambiente urbano de São Paulo. Liliane, se estiver estourando o tempo, você me avisa que eu dou uma cortada. Estou chegando no final já.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Felipe, está em tempo ainda. Pode seguir. Eu levanto a mão, que nem eu faço para vocês.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Então, o ambiente urbano de São Paulo, e a gente já focando dentro do nosso município, é um ambiente que foi reabitado por diversos povos de todos os cantos do mundo. Cada povo, de cada canto do mundo, foi trazendo suas referências culturais e afetivas. A gente chama isso, em relação à flora, que é uma identidade cultural de flora. Então, se a gente pegar, por exemplo, falar sobre a cerejeira, a gente vai lembrar de um povo. Dependendo da espécie que a gente for falando, a gente vai lembrando do povo que está relacionado a isso. Então, é uma identidade cultural vinculada à flora. A gente enquanto Brasil, São Paulo, muito pouco a gente tem dessa identidade cultural de flora, a gente perdeu muito em detrimento das outras culturas que vieram para cá. A ideia não é eliminar essas culturas, mas a gente preservar, a gente não ter um apagamento cultural da nossa identidade botânica, dessa identidade de flora. E aí a gente acaba utilizando muito mais essas espécies que vieram conjuntamente a esses povos, porque são espécies que foram mais estudadas. Então se a gente pegar, por exemplo, quando chegaram os portugueses aqui no Brasil, eles trouxeram plantas que eles já utilizavam nesses locais, então eles já estudavam, já cultivavam, então eles tinham muito mais conhecimento sobre a utilização dessas espécies e foi implantado isso, não foi consultado com os povos originários que eles tinham e como utilizavam, mas foi trazendo e foi sobrepondo esse conhecimento. Então o nosso conhecimento original vai sendo apagado, sobreposto por um conhecimento que já vem de outros locais e a gente acabam utilizando essas espécies. E nisso a gente também importa alguns outros conceitos. Então, por exemplo, um conceito de jardim, que são os jardins europeus, que ele tem algumas representações de onde ele veio, algumas significações para serem da forma que eles são. E copiamos essa forma de preparar e formatar esses jardins, que são jardins geralmente de monocultura, são poucas espécies, porque nesses locais havia poucas espécies, a biodiversidade era menor. Então, plantas mais tolerantes, (som ininteligível) por exemplo. Então, a gente acaba importando essas identidades sem adaptar a nossa realidade. Então, o que é a nossa realidade enquanto um país com uma biodiversidade imensa? Eu posso falar seguramente que o Brasil é o local com a maior biodiversidade do mundo de fauna e de flora. Então a gente tem, se a gente for pegar, eu vou dar um exemplo de local que é ali na Cruz Vermelha, próximo do aeroporto, que em um metro quadrado de gramado, a gente fala que é gramado, é um relvado, um relvado, que estava sendo constantemente roçado, foi feito análise do levantamento pelo herbário municipal e em um metro quadrado foram encontradas mais de 74 espécies de gramíneas diferentes, dentre elas, se não me engano, de 5 a 9 espécies raras nativas do município. Então assim, a nossa realidade de formação vegetal é biodiversa, ela é biodinâmica, então ela tem essa interação entre uma e outra e não necessariamente de uma, duas, três espécies. E nisso vai implicar diretamente com uma questão que acaba sendo mais cultural, que é da beleza cênica. A questão da beleza, dessa estética, ela é volúvel, o que é bonito para um, não necessariamente é bonito para outro. Então, muitas vezes a gente vê um local que tem diversas plantas nascendo em conjunto, de forma biodinâmica e biodiversa, e às vezes as pessoas olham e falam, esse lugar está largado, esse lugar não está sendo cuidado, não está sendo manejado. Sendo que não, a gente tem que atualizar também essa nossa visão, óbvio que um local que não está sendo cuidado, a gente tem que olhar como não está sendo cuidado, mas não quer dizer que o biodinamismo seja mal cuidado, então a gente atualizar a nossa visão cultural, nosso entendimento de belo, ele é fundamental para esse processo, porque senão a gente vai querer que sempre esteja tudo roçado a três milímetros do chão, com duas, três espécies diferentes sendo plantadas, isso é um fato gigantesco para a nossa biodiversidade. Então a gente resgatar esses valores em questão da biodiversidade e esse biodinamismo ele é fundamental, inclusive, não só pela relação acima da terra, ou seja, aquela planta crescendo, então é uma espécie para a gente trabalhar estratos de relvado, arbustivo, arbóreo, em diversos estratos que vai formar uma alteração de microclima, vai alterar aquele ambiente, mas também da terra para baixo, por quê? A biodiversidade de raízes é fundamental para que a gente, inclusive, faça maior alimentação de lençóis freáticos, por exemplo, para a gente diminuir os impactos que a gente tem tido muito hoje com períodos de estiagem. Então se a gente tem mais

áreas permeáveis, ou nem vou falar em abrir mais áreas permeáveis, vou falar em qualificar a área permeável que a gente tem. A gente começa a ter uma diversidade maior de raízes, ou seja, que é mais profunda, uma que vem até uma altura e abre um pouco mais, a gente começa a criar caminhos e espaços nessa terra que geralmente é muito mais compactada, por estar sem nada, vai sofrendo peso, pressão, e aí a gente começa a aumentar a percolação, a penetração de água nesse solo. E pela maior quantidade de matéria orgânica presente nesse solo, a gente acumula mais água. Com o tempo, isso vai acontecer o quê? Essa água vai sendo drenada em uma velocidade mais baixa que vai alimentar nascente, que vai alimentar o olho d'água, que você vai ter uma vazão mais constante desse olho d'água, dessa nascente, às vezes independente da chuva no período de estiagem, que a gente já está acostumado que inverno não chove realmente, de a gente não ter uma problemática tão grande, não ter tanta diminuição de reservatório, porque quando a gente tem uma área muito compactada e permeabilizada, ou que seja permeável, mas com um solo compactado, aquela água da chuva que bateu, a última água batendo em março, abril, ela bate em cima do solo, escorre, provoca uma enchente e vai embora, desce e vai seguir o fluxo dela a jusante. Se a gente tem uma biodiversidade melhor de raiz para poder captar essa água no solo, a gente vai reabastecer, recarregar esses lençóis freáticos e a gente diminui o impacto com períodos de estiagem no longo prazo também depois. E aí só para contar um pouco dos viveiros, como a gente está trabalhando, e aí trazer primeiramente o trabalho com espécies palmáceas e arbóreas, no viveiro Harry Blossfeld, que é o viveiro localizado junto ao Parque Simucã. A gente já está há um bom tempo com o trabalho de experimentar espécies nativas do município para ser feita a produção. Porque hoje, se a gente for em viveiros comerciais, a gente tem muito pouco ou quase nada de espécies nativas do município. A gente tem as espécies que já são mais conhecidas, grande parte delas são exóticas, tem muitas nativas da Mata Atlântica, mas às vezes elas não são nativas do município, que a gente fala daquela resiliência que eu comentei no começo. Então, atualmente no estoque do VHB, a gente tem mais de 150 espécies nativas do município de São Paulo no estoque atual. A gente tem ainda algumas espécies que são exóticas, são de outros locais, porque a dinâmica de produção de arbóreas, ela tem uma outra dilatação de tempo. Então, se a gente falar de herbácea arbustiva, em um ano eu tenho uma muda, três meses a um ano, eu tenho uma muda já pronta para plantio, árvore a gente vai ter uma dilatação de tempo de 5, 6, às vezes 7 anos dependendo da espécie. Então a gente tem, só de nativos do município, mais de 150 espécies diferentes. E de 2021 a 2024, dentro dos experimentos, a gente já testou e conseguiu produzir, mas não necessariamente de estoque, mais de 250 espécies diferentes da Mata Atlântica. É uma grande biodiversidade que a gente precisa, inclusive, começar a utilizar mais elas. Tem diversas espécies que substituem as espécies que a gente já conhece. As espécies que a gente está acostumado muito a ver na arborização urbana, dá para a gente substituir, a gente tem essas espécies sendo produzidas no VHB. Então essa é a grande mudança de chave e essa é uma das grandes importâncias também dos viveiros municipais. Por quê? Primeiro, produzir o que o viveiro comercial não vai produzir ou às vezes vai demorar um bom tempo para produzir sem esse nosso estímulo, às vezes não queria produzir. Por quê? O viveiro comercial, por óbvio, ele visa lucro. Óbvio, porque ele é uma empresa, ele vai ter que ter lucro. Uma espécie que você ainda tem que testar, que você tem que verificar se vai ter saída, se alguém vai querer comprar essa espécie e tudo mais, não vai às vezes ter investimento para poder ser produzido. Como o nosso objetivo não é avisar lucro, mas sim o benefício ambiental que isso traz, a gente faz essa parte de testagem, experimentação. Inclusive, a gente acabou de lançar um guia de mudas de sementes do Viveiro Harry Blossfeld, que tem ali a condensação de mais de 60 espécies que foram produzidas, esse trabalho foi registrado desde o beneficiamento da semente, a germinação, como se fosse um passo a passo para que, inclusive, os viveiros comerciais possam produzir essas espécies. Então esse incentivo do poder público, tanto de trazer essas espécies para a arborização, sejam vistas, que as pessoas queiram comprar, é um incentivo que auxilia também nos viveiros comerciais. Então é uma coisa que vai trazendo esses dois lados e trazendo conhecimento científico gerado. Então, esse trabalho que já está sendo desenvolvido no VHB há um bom tempo, facilmente mais de 10 anos, está sendo agora ampliado para as espécies herbáceas e arbustivas. Então a gente está ampliando isso, então esse ano a gente começou um trabalho de focar nessa experimentação, o VHB já tem, mas a gente também ter o georreferenciamento dessas matrizes onde a gente consegue coletar nesses ambientes naturais, até para que esses ambientes naturais sejam mais preservados, que eles não sofram tanta pressão, porque são locais que, inclusive, a gente traz essas espécies, essas sementes, essas espécies, para salvarguardar a genética, porque a gente vai ter um banco de germoplasma, que aí é uma coleção viva, que a gente chama, não é a semente guardada, é uma coleção viva, com germoplasma da nossa genética nativa, que isso é fundamental para que a gente não perca isso com o tempo, e a gente consiga replicar isso, então a gente também está ampliando esse trabalho agora para herbáceas e arbustivas, para que a gente consiga ter essa alteração, essa mudança desse inventário de produção muito mais focada nessa espécie. E aí a gente vai depender muito do que? De as pessoas gostarem, que aí é isso. Então é as pessoas olharem na rua, por exemplo, num canteiro central, numa praça, em algum local, também achar bonita essas espécies. Eu sou biólogo, sou um suspeito para falar, mas eu acho linda, acho maravilhosa. Tem umas que vão ter umas florzinhas pequeninhas, outras flores maiores, mas vai ser diferente do que a gente está acostumado a ver. Então essa visão cênica de beleza, essa visão cultural que a gente já traz, ela tem que ser adaptada também. A gente começar a gostar do que é nosso

também. Então isso faz toda a diferença, porque aí é o que vai, às vezes, direcionar o que vai ser plantado também. E aí, para finalizar, gente, é só, e é isso que eu posso passar depois para vocês por e-mail e tudo mais, que é a questão da solicitação de mudas, que é o que a gente está trabalhando, né Liliane, para a gente fazer esses plantios agora, buscando fazer agora no dia 21, que é como se solicitam essas mudas. Então, basicamente, aqui é o que a gente está trabalhando, e aí isso junto com o Cades, como o Cades está dentro da subprefeitura, uma coisa que é fundamental é o Cades conseguir alinhar com a subprefeitura sobre locais passíveis de plantio. Às vezes o setor de áreas verdes da subprefeitura já tem um planejamento para aquela área, às vezes está dentro de um cronograma. Às vezes são áreas que não dá para plantar árvore, porque às vezes tem um gasoduto que passa embaixo, às vezes tem alguma implicação de infraestrutura que não permite esse plantio. Então esse alinhamento com a subprefeitura é fundamental para que a gente faça um bom plantio e um plantio que seja duradouro. Porque eu já ouvi alguns relatos de alguns locais que o pessoal planta a árvore, mas não pode plantar aqui, o pessoal planta e a subprefeitura tem que tirar, porque senão vai destruir um gasoduto, destruir uma estrutura alguma infraestrutura subterrânea que a gente não vê, mas subprefeitura sabe que está lá. E às vezes até também a porção aérea, qual espécie que a gente está plantando e como que ela vai replicar na porção aérea, em fiação, cabeamento, tudo mais que está aéreo também. Que é nessa indicação que a gente vai, em breve, já está sendo finalizada das indicações de espécies arbóreas, a gente vai trazer um pouco desse panorama. Ano que vem a gente revisa o Manual Técnico de Arborização Urbana que refina essa informação, mas a indicação a gente já vai ter agora. Então, esse alinhamento é fundamental e as solicitações podem ser feitas juntamente com a subprefeitura. Como o subprefeito é o presidente do Cades, e aí é nos regionais, ele pode auxiliar nesse processo e as subprefeituras estão super acostumadas a se pegar com a gente. Todo dia chega processo da subprefeitura solicitando multa para a gente, de todas elas. E aí a gente disponibiliza as mudas para a administração pública, pode ser direta ou indireta, e para pessoas jurídicas sem fins lucrativos e de interesse social. Esses são os atores hoje que podem pegar mudas com a gente lá nos viveiros. É basicamente isso. Espero que eu tenha cumprido com o tempo. Não tenho explorado muito, mas é isso, gente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Felipe. É isso mesmo. A gente está engajado bastante com todos os subprefeitos e subprefeituras aqui na cidade de São Paulo. E lembrando também, Felipe, que a gente conversou bastante sobre a CET também. A CET tem plantio lá em Guaianases, eles plantaram, e a CET veio e solicitou que se estivesse para retirar. Então, aí vieram os nossos conselheiros junto com o subprefeito, conversou comigo, falou assim, vem aqui agora. Aí eu expliquei para ele a situação que não podia realmente, ter o plantio ali, a gente fez análise e tudo, né. Então, a CET pediu para estar retirando, mas a gente já plantou em outro local. Então, esse é um grande exemplo também que a CET tem também os caminhos dela onde que não pode estar fazendo esse plantio. A gente está fazendo todo o mapeamento junto com os subprefeitos, junto com todos os chefes de gabinetes, para saber realmente onde vai fazer esse plantio aí, para dar tudo certinho. Só esqueceu do Manacá das Terras, né, Felipe? Mas tudo bem, Ipê amarelo e Ipê Rosa. Abrimos agora então para perguntas online e presencial. O secretário Ravena, a palavra está na mão do senhor.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Bom, Felipe. Maravilha, parabéns pela apresentação. Só uma perguntinha, considerando o que está no Plano Municipal de Arborização Urbana. Eu queria que você desse aí umas duas palavrinhas sobre o que o Plano considerou como árvores ou espécies naturalizadas.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Sim. Então a gente trouxe, secretário, dessa questão das naturalizadas, essas espécies que são próximas do nosso município, que já estão sendo trabalhadas há um bom tempo no ambiente urbano, que a gente verifica essa adaptação e esse não confronto de espécies, vamos dizer assim. Então ela não é perigosa a outra espécie que também já é daqui. E isso já está bem concentrado, bem condensado. Hoje atualmente tem a Portaria 39, que é de recepção, então essas espécies que são as nativas da Mata Atlântica que estão nessa portaria, que vai ser integrada nessa da indicação, são essas espécies que já estão sendo consideradas naturalizadas, que são as espécies, inclusive, que DAU utiliza para fazer a arborização urbana e as subprefeituras também utilizam. Então são as espécies que já estão sendo amplamente utilizadas nesse meio urbano.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, secretário pela sua pergunta. Agora eu passo a palavra para a Fanny e logo em seguida para a Maria de Fátima, por favor. Depois para o Cláudio Campos.

Fanny Elisabete Moore: Bom dia a todos. Felipe, muito obrigada. Foram informações muito importantes e acho que cada vez mais o cidadão precisa se informar para conseguir cuidar e ajudar. E essa fala final da Liliane também, dessa ligação entre a subprefeitura e o trabalho da Secretaria do Verde, é outro ponto vital. Por quê? Eu, por exemplo, já questionei em Santo Amaro o corte que é feito pela subprefeitura e tem o plantio feito pela Secretaria do Verde. Nós acabamos não tendo um balanço da arborização do local. Então, essas duas entidades precisam conversar, a Secretaria do Verde e a subprefeitura, porque, quando você vê, tem um déficit de mil árvores em Santo Amaro e tem o plantio feito pela Secretaria.

Então, acho que isso daí precisa ser regularizado para que cada região entenda a sua real condição, porque, por enquanto, ainda não dá para saber. E outro ponto importante que eu gostaria de destacar, quando você falou das questões antrópicas, falou do planejamento urbano e dos interesses econômicos. Ontem eu divulguei uma informação sobre corte, um corte muito grande de árvores aqui na região sul, sobre a qual até o nosso secretário se posicionou na reportagem. Mas o mais importante de tudo isso, que eu gostaria de deixar aqui duas questões para reflexão, a primeira delas é que nós precisamos de mais informações. Tem um parecer hoje para discussão, não para fechar, mas para abrir, que as árvores têm um importante papel na redução da temperatura e na garantia da umidade do ar. Em primeiro lugar, na redução da temperatura, em segundo, na biodiversidade, em terceiro, na umidade do ar. Então, a gente tem que conhecer e cuidar disso. E uma outra coisa que eu quero deixar aqui. A nossa legislação ainda não cuida do desmatamento. Nós continuamos cortando. Não é mais hora de cortar. Se a nossa legislação permite isso, ela precisa ser revista. Eu acho que há uma prioridade agora, há uma emergência que a cidade não pode se calar para ela. Então, eu acho que esse bonito e importante trabalho que o Felipe trouxe precisa ser disseminado no nosso plano de educação ambiental, nas subprefeituras, de tal maneira que a gente consiga dialogar sobre isso e agir, acima de tudo, agir e mudar o que não faz mais sentido. Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Fanny, pela sua explanação. Felipe, você tem algo. Sobre o primeiro ponto, Fanny, a gente já está vendo com a nossa subprefeita Tamires, né? Essas árvores que foram já retiradas, ela vai fazer junto com a chefe de gabinete os relatórios e vai nos encaminhar. E eu vou encaminhar para a senhora esse relatório aí.

Fanny Elisabete Moore: Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, senhora. Secretário Ravena.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Fanny, só para... Dois pontos que precisam ficar anotados aí pelo Cades. A defasagem que existe entre supressão e plantio para a subprefeitura é que necessariamente quando a subprefeitura faz uma supressão, seja hoje em dia só por dois motivos, risco iminente ou estado fitossanitário, a subprefeitura deveria colocar uma no lugar. Então, essa conversa eu estou fazendo com o gabinete da Secretaria de Subprefeituras, porque tem um déficit, sim, e a gente está pedindo para as subprefeituras diminuírem esse déficit, porque o plantio da Secretaria é um plantio de incremento. A gente não planta para repor o que foi tirado, a gente planta para aumentar a quantidade de árvores. E esses estudos, um deles é esse que o Felipe mencionou, o outro são os outros estudos que estão encaminhados pelos planos verdes, vão propiciar a partir deste ano, a gente já está fazendo a revisão das portarias que regulamentam o licenciamento de manejo arbóreo, eu não diria endurecer, mas para qualificar as autorizações de supressão. Então, a gente está trabalhando sim, na alteração e na melhoria da qualidade da legislação que trata da supressão, porque mudanças climáticas estão aí, a gente está vivendo isso no dia a dia e a Secretaria está juntamente com a Secretaria Especial Executiva de Mudanças Climáticas montando planos e trazendo a academia e outros parceiros para a gente incrementar a legislação e o plantio. Então a Secretaria está trabalhando para ter elementos essenciais e de prova científica ou de prova de fato da adaptação e da possibilidade de se estabelecer critérios diversos ou diferentes para autorizar o manejo. Então, só para tentar responder aos seus dois questionamentos, está anotado aqui pelo CADES e a gente continua trabalhando nisso conjuntamente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, secretário. Felipe quer complementar, ou posso passar para o Cláudio? Cláudio por favor.

Cláudio de Campos: Bom dia a todos. Felipe, parabéns. Excelente informação para a gente. Para mim, particularmente não sou do meio da biologia. Eu sou arquiteto e, apesar de não trabalhar com gestão urbana, mas a gente lidar com isso sempre, para mim, pelo menos, tem sido uma coisa interessante. A questão é que, na apresentação, você falou alguma coisa das espécies exóticas e que a migração de povos para o Brasil, que é um caldeirão de povos do mundo inteiro, as pessoas trazem suas culturas. E nessa questão, uma coisa que a gente percebe, pelo menos no meio acadêmico, que se traz para os livros etc., espécies para aprendizado de alunos sobre paisagismo, espécies exóticas. E essa cultura vai sendo replicada geração após geração. E eu acho que talvez fosse interessante ter uma ação junto com o meio acadêmico para que se produzisse... A Secretaria do Verde tem produzido manuais de paisagismo, de espécies e tudo mais, e articular junto com o meio acadêmico para que esses manuais, que são ultrapassados, que trazem especificações de espécies arbóreas, exóticas, que elas possam ser atualizadas para espécies locais, para que a gente não continue permanecendo com essa cultura geração após geração. Acho que seria importante para que a gente não dissemine isso. Além disso, também o trabalho junto com as empresas que vendem espécies de paisagismo e tudo mais, para que, lógico, dentro do que você falou, que elas tenham lucro, gradualmente elas passem a comercializar espécies também locais. Acho que isso seria importante. É isso. Obrigada.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Sim, Cláudio. É uma coisa que eu falo muito. Se a gente investisse o valor que é utilizado para pesquisar espécies exóticas no Brasil, fosse utilizado para pesquisar espécies

nativas, a gente já estaria em um outro nível de conhecimento. Mas é isso, acho que é essa mudança de visão, de cultura realmente, para que a gente possa trabalhar com elas. Eu acredito que esse guia que saiu esse ano, saiu esse mês, de mudança de sementes do VHB, seja um primeiro passo, talvez uma virada de chave para conseguir trazer esses incentivos e essa possibilidade, porque às vezes a academia não se mobiliza porque fala, não sei se dá certo, se dá uma publicação, a gente foi trabalhando isso ao longo de anos, a gente já concentrou essa informação, cada vez a gente vai expandindo mais. Eu estou buscando também trazer parceria com universidades para a gente realizar os nossos trabalhos, para que a gente consiga ampliar isso e, que nem você disse, levar isso para o meio acadêmico e a gente começar a estudar. Para você ter uma ideia, a gente publicou há pouco tempo a portaria 26 de 2024, que são das espécies nativas do município de São Paulo, espécies arbóreas e palmeiras, nós temos ali 674 espécies diferentes. Ou seja, é uma diversidade gigantesca. O pessoal fala assim, não tem muita opção. Será que não tem dentro de 674 espécies? Mas é isso, a gente precisa de estudo. Até compartilhar rapidinho dentro desse trabalho coordenando o GT para indicação das espécies, uma das dificuldades que a gente teve foi encontrar informações sobre todas as espécies. A gente não tem muito conhecimento acadêmico realizado em cima disso. Então, é incentivar essa relação, essa parceria entre poder público e universidade, para a gente expandir esse conhecimento e, quem sabe, a gente romper essa barreira dessas bolhas culturais que vão sendo construídas. Nada contra todas as culturas, mas sim a gente resgatar o que é nosso e trazer o que faz mais sentido para a nossa cidade.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada Felipe. Secretário Ravena, por favor.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Estão me ouvindo?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sim.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Está falhando para caramba aqui, mas, Carlos, eu acho que tem, isso que o Felipe falou está perfeito, mas eu só queria acrescentar aí que, assim, a partir do momento em que a gente estabelece critérios e regramentos para manejo e plantio na cidade, o poder público é um indutor de consumo. Então, a gente gera demanda muito maior do que qualquer demanda de paisagismo que possa existir aí. Então eu acho que, no longo prazo, esses estudos e esse trabalho que está sendo feito vai gerar efeitos muito positivos para a cidade, já está servindo de exemplo para outros lugares. Então, só queria acrescentar isso na tua fala, que foi importante, mas destacar a importância de um município sem o indutor de consumo, especialmente nessa área, considerando os plantios de compensação ou reparação.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Felipe, por favor.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Só uma coisa que eu esqueci, só para complementar junto. A gente tem previsto uma ação que é essa relação com os viveiros comerciais para a gente fazer essa troca de experiência para que eles também produzam essas espécies que fazem sentido. Então, isso também está sendo previsto, isso também está sendo implantado também. Então, quero bem focar nessa sua fala também, Cláudio. Então, estamos trabalhando nesse caminho também.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Felipe. Agora passo a palavra para a Celina, por favor, Celina. Vamos encerrar com a Celina. Que a gente vai ter mais duas apresentações. Então, a gente encerra a primeira pauta com a Celina.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Bom dia, Felipe. Então, eu sou a Celina (som ininteligível). Está dando eco? Então, eu fui fazer visita lá no herbário, né? Teve dois engenheiros agrônômicos, né, que me atenderam bem. E, realmente, a parte das herbáceas, que eu não conheço muito, ainda está engatinhando. Realmente, eu acho que se perdeu muito na cidade. E eu gostaria, realmente, que no futuro pelo menos umas 20 a 25 espécies pudessem ser colocadas nas praças, que toda vez que uma arquiteta fosse revitalizar, tivesse essa opção, porque as que foram feitas aqui foram todas plantas exóticas. Então, eu acho que vai demorar um pouco, porque eles estavam pesquisando. Muitas que achavam que eram nativas, descobriram que não era. Eu pensei até que a Lantana era, mas parece que está em dúvida, né? É difícil, né? Bom, quanto a parte das arbustivas, eu já desde 2021, eu costumo comprar da fábrica de árvore e doar para outros conselheiros e as pessoas que estão plantando, né? Que é bem interessante que eu siga a lista da espécie do estado de São Paulo, né? E, assim, quando eu vi a lista aqui da própria cidade de São Paulo, ela está muito boa, tem uma diversidade boa, assim, excelente, que eu acho. E aí eu sempre fiquei perguntando, por que que ficam plantando quaresmeira, pau-ferro, que é lá do Rio de Janeiro. E, principalmente, a quaresmeira, a gente vê que ela fica sofrida aqui, né? Então, eu queria, de repente, ver se a gente pode começar só a complementar, de repente, o que vocês não têm. Principalmente assim, que a gente fez os plantios nessa praça que eu adotei, eu já programei, já estou até recebendo agora, estou recebendo as mudas, que eu vou doar para o CADES do Hermelino, para um rapaz aqui da região da Zona Norte, e a gente vai fazendo trabalho de formiguinha. E aí eu gostaria realmente que tivesse essa prioridade para as nativas, né? E, no caso, estou percebendo assim, estou tentando agora ver até de repente o que dá para a calçada, que eu acharia interessante, colocar mais as

perenifólias, né? Ou as semidecíduas. Porque, como está ficando muito quente, no inverno seria normal estar nublado. Então, o que acontece? As mudas que o cedro rosa, né? Outras que são semidecíduas, não estão fazendo, quer dizer, não é culpa delas, mas não estão fazendo um trabalho bom, porque eu ando nas ruas, né? E você fica, assim, com uma falta de sombra, né? Esse seria um dos itens. E quanto ao que você falou, pelo fato, por exemplo, que tem na praça, que tem essas exóticas, e já fiz bastante plantios das nativas, a gente tem a possibilidade de elas serem cortadas com a Secretaria do Verde ou com a Subprefeitura.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Você diz do manejo nessas praças?

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Sim, porque tem essas invasoras nessa praça e, inclusive, eu não sei se depois, no futuro, a gente conseguiria realmente retirar tudo. Tem praças, por exemplo, aqui que tem eucalipto. Muitas vezes, aconteceu da Secretaria do Verde, ela fez o plantio numa outra praça, e o eucalipto agora está caindo muito. Caiu um galho e ele quebrou essa muda, né? Uma das mudas que foram plantadas. E agora, assim, eu já me programei agora no sábado que eu vou fazer plantios nas duas praças. Uma para repor que foram quebradas e numa outra praça eu vou repor que foram roubadas, né? E provavelmente deve ser um jardineiro, porque ele conhece Guatambu e Oliva, né? Porque não é todo mundo que... Ele tirou, tentou tapar, né? Mas a gente sabe onde é que está. Então, o ideal seria, de repente, se for com a Secretaria do Verde, eu queria, de repente, fazer o contato, quem poderia fazer isso, que eu estou adotando a praça de novo.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Essa questão do manejo seria com as subprefeituras. Tenta ver com elas essa questão do manejo, tem essa questão do adote uma praça, ver como que isso fica dentro dessa regulamentação de quem seria essa responsabilidade do manejo. Quanto às mudas, que é o que a gente pode se comprometer aqui, ter essas mudas, eu vou encaminhar depois para você o estoque do VHB, que tem uma diversidade bem grande de nativos do município mesmo. Então, como eu disse, são mais de 150 espécies nativas do município. E ali tem bastante opção e hoje, só trazer o resumo do VHB, a gente fala hoje que a dilatação de tempo de produção arbórea é grande, mas todas as sementes que estão sendo germinadas, 100% delas são de nativas do município. Então é uma coisa que a priorização está sendo 100% em nativas do município para as espécies arbóreas. Então ao longo prazo a gente vai ter uma diversidade muito maior no estoque, só que como ela leva bastante tempo para se desenvolver, então a gente vai ver esse reflexo um pouco mais para frente. Mas eu vou te passar o estoque, a gente tem bastante coisa nativa do município e pode dar uma ligadinha também para os técnicos lá do VHB para conversar com eles sobre, porque às vezes vai ter muita espécie ali que a gente não conhece, por mais que a gente conheça bastante, às vezes tem espécie que a gente não conhece e eles conhecem para eles compartilharem de como é o hábito, onde seria melhor a copa plantar, diversos outros pontos, até o que ela poderia substituir. Então dá para bater esse papo com o pessoal, eles são bem receptivos também a fazer essas trocas. Então aí eu vou passar para você o contato, o link desses trocos para entrar em contato, está bom?

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Está ótimo. Eu gostaria muito que as praças, por exemplo, que eu fiz o plantio e as outras que eu fiz junto com a Secretaria, a subprefeitura, que eles só ajudaram cavando, depois essa parte da rega sou eu que estou fazendo. Já tem umas que estão com mais de 70 espécies diferentes, que eu acho interessante, que eu vi que para você fazer, a coisa ideal é de 80 a 100 espécies nativas. Então, eu gostaria de ser realista, meu sonho é que plantem Sapopemba lá em Sapopemba, para o pessoal saber que é uma árvore.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): Sim, sim.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Seria muito bom.

Felipe de Oliveira - Diretor da Divisão de Produção e Herbário Municipal (DPHM): E em conjunto com isso, é extremamente importante a questão das arbóreas, mas vou trazer também a importância em conjunto dessas outras espécies herbáceas arbustivas. Porque às vezes a gente não vai conseguir ter uma autonomia de responsabilidade, vamos dizer assim, de uma espécie arbórea a longo prazo, 10, 20 anos. Mas de um espaço de uma herbácea arbustiva a gente consegue manter, a gente consegue a gente mesmo fazer o manejo desses dessas espécies, elas são tão importantes quanto. Então a gente tem os plantios da Secretaria do Verde, das subprefeituras, que já vai trabalhar com essas arbóreas, eles têm ali essa responsabilidade junto a essas espécies e aí a gente pode, às vezes, complementar com esses outros estratos que são tão importantes quanto, até para que a gente possa ter formações de sub-bosque embaixo dessas árvores ou locais que não dá para se ter, às vezes, uma árvore de grande a gente tem uma formação herbácea arbustiva que para a fauna é fundamental. A gente tem muito que a gente pega de fauna, dá um exemplo de passeriformes que são papa-capins, que eles são de formação de campo, que não sobrevivem dentro da mata. Então a gente acaba perdendo isso também. Então a gente trabalhar dentro do nosso âmbito, do que a gente consegue se responsabilizar a longo prazo, 10, 20 anos, a herbácea e arbustiva também é fundamental, que a gente comece a unir esforços. O que a população consegue fazer no longo prazo e aí o poder público vai também agindo de outros estratos, talvez mais custosos e mais dedicados de manejo também.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Felipe, é bom lembrar também, Celina, que nós estamos aqui na Secretaria do Verde, (som ininteligível) ela está coordenando isso aí, também da parte de plantio, a gente também faz parte, e eu coloco também isso aí em pauta para ela também. E temos também a do PMAU também, né, Felipe? A ação 33 e a 34 também. Estamos aqui também trabalhando sobre isso, sobre também os levantamentos. Então, Celina, você não precisa ficar preocupada com essas coisas assim, que a gente também aqui na Secretaria do Verde, nós estamos trabalhando praticamente em três ações, que é a 33 e 34 e a 168. E até esse final de dezembro a gente vai apresentar aqui também no CADES. Obrigada Felipe. Obrigada, Celina.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: É, eu estou aguardando.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Maria de Fátima é a última, por favor. A gente tem mais duas. Maria de Fátima. Acho que não deu. Felipe, então eu te agradeço pela sua apresentação de hoje. Eu te convidei a ficar conosco aqui, porque eu tenho mais duas apresentações aqui, com a Anitta e com o pessoal do IPT. Quero agradecer imensamente a sua presença aqui e continuaremos juntos nas ações do CADES regionais, dentro dos 32 CADES regionais. Antes de eu passar para o quarto ponto do expediente, eu quero agradecer ao Educa Libras, sabe que eu sempre agradeço no começo. Hoje nós estamos aqui com o Patrick e com o Marlon. Eu quero agradecer imensamente vocês aqui com a gente todo mês, vocês estão conosco aqui. Passando agora para o quarto ponto do expediente: Apresentação e aprovação do Plano de Manejo do Refúgio da Vida Silvestre pelo IPT e pela senhora, nossa diretora, Anitta Correia. Ela é diretora da Divisão de Gestão de Unidades de Conservação. Quero agradecer presencialmente aqui os componentes que é a Priscila Argentino está aqui conosco presencial, a Mariana Carneseca também está presencial conosco e a Alessandra Siqueira. Todas elas são do IPT. Sejam muito bem-vindas aqui conosco. Anitta, está de parabéns. Muito obrigada por ter trazido esse tema de grande relevância aqui para a gente aqui no Cades Municipal. E passo então a palavra agora à nossa diretora Anitta e logo em seguida para a apresentação de vocês. Sejam muito bem-vindas.

Anita de Souza Correia Martins: Bom dia a todos. É importante que antes de a gente fazer a apresentação sobre o plano de manejo efetivamente do Refúgio de Vida Silvestre, a gente contextualize tanto a unidade quanto o trabalho da Divisão de Gestão de Unidades de Conservação. A divisão de gestão de unidades de conservação está dentro de uma das sete coordenadorias. A Secretaria do Verde é dividida, então, entre sete coordenações e a coordenação de gestão de parques e biodiversidade possui cinco divisões técnicas, uma delas o DPHM, que é a divisão de produção de mudas, que o Felipe acabou de fazer a apresentação, e a gente tem outras quatro divisões, a Divisão de Gestão de Parques Urbanos, que cuida dos parques urbanos e lineares, a Divisão de Infraestrutura, Projetos e Obras, que cuida dos projetos e obras dos parques, a Divisão de Fauna Silvestre, que trabalha tanto com o CeMaCAS, o Hospital Veterinário, quanto os levantamentos de fauna no município e nos parques, e, como eu mencionei, o DPHM. A Divisão de Gestão de Unidades de Conservação faz a gestão de 12 unidades de conservação municipais, 10 delas diretamente. A gente tem aí, então, duas unidades, duas categorias de unidades de conservação de acordo com a lei federal, que são de usos sustentáveis, que são as áreas de proteção ambiental e as reservas particulares do patrimônio natural. Sobre essas reservas, é importante dizer que a gente acompanha, faz o reconhecimento dessas unidades, e acompanha a gestão, mas elas são privados. A gente tem de proteção integral, a gente tem os parques naturais municipais e o Refúgio de Vida Silvestre, que é o foco da nossa apresentação aqui hoje. O Refúgio de Vida Silvestre é uma unidade de conservação recentemente criada, no ano de 2020, por um decreto municipal em parte do antigo Parque Anhanguera. Eu vou conceituar por que isso foi feito no ano de 2020 através desse decreto. Aqui a gente tem o enfoque, a partir de uma imagem de satélite, a linha em laranja, na parte mais noroeste da própria imagem, a gente tem o Refúgio de Vida Silvestre Anhanguera, em branco a gente tem o limite do município de São Paulo, e em vermelho é a área de estudo que nós trabalhamos para a execução e elaboração desse plano de manejo. A gente tem um contexto de inserção dessa unidade de conservação extremamente importante, em que a gente observa ali nos arredores outras áreas protegidas, como a APA Estadual Cajamar, gerida pela Fundação Florestal, o Parque Estadual da Cantareira, que abrange mais de um município, inclusive, um trecho do município de São Paulo, o Parque Estadual do Jaraguá e a Terra Indígena Jaraguá. E aí eu vou falar um pouquinho desse processo, desse histórico de criação dessa unidade de conservação que a gente vai tratar aqui hoje, do seu plano de manejo. A gente tinha um contexto ali tanto de pressões, do seu entorno, mas também de potenciais. Dos potenciais eu falei um pouco dessas unidades, dessas áreas protegidas ali, todas nesse contexto, mas a gente tinha uma série de pressões, como a urbanização e o crescimento urbano desordenado, e uma série de empreendimentos logísticos e industriais ali crescendo nesse contexto. Como oportunidades para além daquelas áreas protegidas, eu destaco também o corredor da Mata Atlântica Norte, o corredor ecológico definido no plano municipal da Mata Atlântica, que é um dos planos verdes previstos no plano diretor, inclusive, eu coordenei. Então ela tem um contexto ali de inserção em torno daqueles outros fragmentos, tanto das áreas protegidas como fragmentos particulares fundamentais, para o fluxo gênico e para a manutenção da Mata Atlântica naquele contexto da região norte do município. O TICP, que é outro artifício do Plano Diretor Estratégico, que é um território de interesse cultural e paisagístico, que é o TICP Jaraguá Perus para além da conectividade com outros fragmentos que estão em municípios do entorno, como

Santana do Parnaíba, Cajamar e Caieiras, que foram alvo dessa área de estudo para o plano de manejo que nós desenvolvemos. Entre os anos de 2017 e 2018 foram desenvolvidos os estudos para criação. Que estudos são esses? Eles são estudos obrigatórios, previstos na legislação federal, que é a lei 9985 de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que prevê que o órgão do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que for criar uma unidade de conservação, precisa fazer estudos que levantem dados, façam um diagnóstico a partir primordialmente dos dados secundários para justificar a criação daquela unidade, avaliando e destacando os atributos ambientais que aquela área tem, e também já discutindo a questão da categoria mais adequada. Nós temos três categorias no Sistema Nacional de Unidade de Conservação e aí então você identifica a categoria que mais se adequa àquele contexto que você levantou e aqueles estudos de diagnóstico que foram apontados. Então, isso tudo foi feito pela Secretaria do Verde. Em 2018, ainda foi feito um processo de consulta pública, então algumas reuniões locais e uma audiência pública com participação social, porque isso é uma prerrogativa do Sistema Nacional de Unidade e Conservação, que a comunidade e a população sejam envolvidas nesse processo de discussão e de criação da unidade. E, por fim, um ato do executivo, que foi um decreto municipal, foi assinado pelo prefeito no ano de 2020, em plena pandemia, que foi o decreto 50.497. A implantação do Refúgio Vida Silvestre compõe a meta 63 da gestão municipal no período de 2020 a 2024, que previa a implantação de duas novas UCs. Uma delas, o Refúgio de Vida Silvestre. Para cumprimento dessa meta, foi elaborado um projeto junto à Secretaria de Governo Municipal, e aí foram previstas uma série de ações. A primeira delas, com destaque para a elaboração do Plano de Manejo, e é dele que a gente vai falar aqui hoje. A gente também tinha como meta a implantação do conselho gestor e nós o fizemos no ano de 2024, agora em junho, nós demos posse ao conselho gestor. Acredito que tenhamos aqui vários conselheiros participando da reunião do Conselho do Refúgio. Nós também adequamos os contratos de manejo e de vigilância da unidade, porque antes a gente tinha apenas um parque, agora a gente tem uma unidade de conservação e um histórico de uma série de pressões e ameaças à gestão da biodiversidade, que eram os incêndios florestais. Então, os contratos foram adaptados para que a gente pudesse atender a todas as medidas preventivas a esses incêndios. Então, por exemplo, há previsão nos contratos dos vigilantes brigadistas, que são treinados, capacitados, enfim, e recebem por essa função para além da vigilância patrimonial. A gente também implantou, reativou uma escola de marcenaria que existia no interior da unidade e a importância dessa escola de marcenaria é receber os resíduos de poda de todos os parques municipais, que antes eram destinados aos aterros, mas a gente recebe esse material de corte poda, de árvores em risco, árvores que caem e das podas dentro dos parques, para que a gente possa utilizar nos próprios parques para executar bancos, proteções, enfim, nas unidades e não destinar esse resíduo para os aterros sanitários. Então é uma grande conquista essa instalação da Escola de Marcenaria. A gente instalou uma central com torres para monitoramento de incêndio, com câmeras sensíveis à fumaça. Isso também é uma estratégia de prevenção e combate ao incêndio muito importante no local em que a gente tem, como eu mencionei, um histórico bem preocupante de ameaça à biodiversidade e à mata que a gente possui na área. Implantamos com a equipe de manejo mais aceiros e mantivemos também os que existiam para evitar que o fogo avance em direção às áreas de mata. Estamos agora, nessa imagem que a gente tem acima, devemos iniciar em outubro a obra para a reforma dessa edificação para receber o Centro de Visitantes do Refúgio de Vida Silvestre da unidade. E a única ainda ação que falta ser criada é a criação do cargo de gestor para essa unidade que cabe à Secretaria de Gestão. Por favor, pode passar. E com relação ao plano de manejo, nós fizemos então uma contratação a partir da nova lei de licitação, lei federal, que regula as licitações em todo o contexto nacional. Nós fizemos a contratação do IPT, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, também em função da expertise deles com relação à elaboração e desenvolvimento de planos de manejo dessa categoria de unidade de conservação, que é o Refúgio de Vida Silvestre, que era nova para nós. Então celebramos em 2022 ainda, em junho, o contrato 033 no valor de R\$ 1.850.000,00, parte proveniente de uma compensação ambiental depositada no Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a outra parte aportada por recursos do próprio fundo. E aí eu aponto, inclusive, o número do SEI, o processo eletrônico que acompanha todo o processo de elaboração dos produtos que foram desenvolvidos conjuntamente. É importante destacar isso, a gente não contratou o IPT para executar o plano. Mas é uma elaboração conjunta e vocês vão ver um pouco como isso funciona aqui na minha apresentação, mas mais claramente na apresentação das colegas. Destaco o papel de preponderância feminina nesse trabalho, carregando o bonde, fazendo as coisas acontecerem e mostrando toda a competência que as mulheres têm. E aí, no âmbito da Secretaria do Verde, é formado, então, um grupo de trabalho também para acompanhar, composto por uma série de setores, mas principalmente do próprio CGPABI, quanto da coordenação de planejamento ambiental e da UMAPAZ para que todos esses produtos fossem elaborados e observados pelo número de técnicos bem amplo com formações, como deve ser qualquer trabalho na área ambiental multidisciplinar. E aí eu trago aqui um pouquinho de como é essa execução conjunta. Então, algumas atividades ficaram a cargo da secretaria, então a gente destaca aí alguns dados de grupos específicos, por exemplo, avifauna, Herpetofauna, mamíferos de médio e grande porte foram levantamentos realizados pela divisão de fauna silvestre ali no contexto do refúgio. Os levantamentos florísticos e os mapas de vegetação da UC também foram desenvolvidos pelo DPHE. Foram descritas também as

fisionomias, fitofisionomias existentes no contexto do refúgio e foram definidas ações prioritárias para a conservação e recuperação. O IPT, por sua vez, fez um levantamento das pesquisas em andamento já realizadas no território e na sua zona de amortecimento, elaborou um mapa de uso do solo através do entorno da unidade de conservação, mapeou áreas prioritárias para conectividade no entorno da unidade de conservação, realizaram levantamentos primários de alguns dos grupos específicos de fauna. Então a gente coloca aí macro invertebrados apáticos, enfim, e para isso o IPT fez a contratação de uma entidade especializada para esses levantamentos. Todos os estudos de meio físico relacionados à geologia, geomorfologia, solos, enfim, foram desenvolvidos e mapeados pelo IPT sob coordenação da Alessandra, que está aqui conosco hoje. Foram feitos os levantamentos e os mapeamentos dos cursos d'água e da qualidade de água desses cursos d'água. Dados importantíssimos para a gente para entender a qualidade de água que existe dentro da unidade e o que entra e o que sai da unidade. Então, esse é um dado primordial para a gente, para a gente orientar a nossa gestão daqui para o futuro, além de identificar áreas de suscetibilidade para escorregamento, para inundações, enfim. Aqui é uma síntese do que cada um fez. Eles fizeram toda a mediação do processo participativo. É importante destacar, e aí vai aparecer muito presente, a reprodução de todas as oficinas que fizemos com as comunidades locais. Então, o IPT fez toda essa coordenação, ajudou na divulgação com a gente e esteve conosco desde o início do trabalho. Queria destacar que esse é um trabalho, foram mais de dois anos, mais de 100 técnicos envolvidos pelas duas instituições. E com esse plano de manejo, a gente alcança um percentual de cumprimento do que o SNUC prevê, do que a lei federal prevê, de que as unidades de conservação têm que ter os seus planos de manejo, que vai muito, muito além da média nacional, que menos de 43% das unidades de conservação brasileiras têm seus planos de manejo e a gente aqui no município de São Paulo, 90% com esse plano de manejo apresentado aqui hoje, terão seus planos de manejo. Eles são documentos fundamentais para que a gente conheça profundamente a unidade e assim possa tomar as decisões de gestão desse território. Queria ressaltar o papel do Conselho. No domingo a gente fez uma reunião com a presença do IPT, apresentou o plano do qual a maior parte das pessoas esteve envolvida com a participação e com a elaboração do plano. A gente deu posse ao conselho, como eu mencionei, em junho e finalizamos o plano de manejo um pouco depois disso. E hoje é uma data muito importante porque a gente deve aprovar nesse conselho municipal de meio ambiente o plano dessa unidade de conservação. Agradeço a todos, ao secretário a Lili, ao secretário Ravena e passo a falar das colegas do IPT.

Priscilla Moreira Argentin - Instituto de Pesquisas Tecnológicas: Bom dia. Enquanto o pessoal troca a nossa apresentação aqui, eu sou a Priscilla Argentin, sou geógrafa, represento a equipe do IPT aqui, como a Anitta já adiantou, ao todo um trabalho que envolveu mais de 100 pessoas. que durou mais de dois anos, e não foi à toa esse prazo, acho que é legal a gente colocar, porque para a gente estudar a fauna, a flora, como o ambiente se comporta, a gente tem que estudar ele ao longo de pelo menos um ano. Então, o que acontece na seca, o que acontece na chuva, então por isso também que é um trabalho longo. Então, pode passar, por favor. Eu vou trazer aqui de modo bem resumido tudo que a gente fez nesse período e, em breve, tudo vai estar disponível na íntegra para todos que quiserem aí consultar. Então, repetindo aqui um pouquinho, o Refúgio de Vida Silvestre é uma unidade de conservação de proteção integral que segue uma legislação federal foi criado em 2020 do desmembramento de um parque urbano, porque entendeu-se que ele tinha características que precisavam ser protegidas e ter um uso diferente do uso que um parque urbano tem. Então, o Refúgio de Vidas Silvestres em Anhanguera tem objetivos específicos para ele, que envolvem a conservação da água dos animais silvestres e da vegetação nativa, a proteção desses animais, conhecer a biodiversidade e contribuir para fazer a conexão com outras áreas verdes, tanto do município quanto do entorno. E por que a gente tem que fazer o Plano de Manejo? O Plano de Manejo está previsto na legislação federal. Todas as unidades de conservação precisam desse documento, que é técnico e que tem que apresentar os objetivos da unidade, a caracterização da unidade, do entorno, o seu zoneamento, que eu vou explicar um pouquinho melhor o que é, as suas normas de uso. Isso tudo é a base para a gente poder fazer uma gestão bem-feita da unidade. Então, esse trabalho foi dividido em três grandes blocos. O primeiro foi da organização, então foi constituído um grupo de acompanhamento envolvendo diversos técnicos da Secretaria do Verde, técnicos do IPT. Foi montado um plano de trabalho e passamos para a segunda etapa, que foi o diagnóstico socioambiental. Esse diagnóstico envolveu um amplo estudo do meio antrópico, então para a gente entender ali o entorno do refúgio, o que estava acontecendo que poderia influenciar o refúgio. O meio biótico foi estudado a vegetação, a flora, a fauna e o meio físico. Tivemos estudos de clima, dos recursos hídricos, da geologia, geomorfologia e dos processos que poderiam estar ocorrendo lá dentro. E tudo isso terminou com o que a gente chamou de diagnóstico participativo, que foi uma grande rodada de oficinas onde a gente pode consultar a população, explicar para a população o que estava sendo feito e incorporar tudo isso para formar esse grande diagnóstico. E aí, entendendo a situação ali do refúgio, partimos para a terceira etapa, que foi o planejamento, onde a gente fez o zoneamento, que é a divisão interna ali do refúgio, que eu vou explicar aqui por que a gente fez, o que foi considerado. E depois a gente montou os programas de gestão, que vão ajudar aí as ações que têm que ser feitas para fazer a gestão da unidade. E tanto para o zoneamento quanto programas de gestão, também tivemos oficinas participativas, participação da população, para conhecer, opinar e ajudar a entender o que estava sendo feito.

Eu vou trazer alguns destaques que a gente teve no diagnóstico, até para não prolongar muito, porque com dois anos de trabalho a gente tem mais de 1.200 páginas de plano, eu poderia ficar horas falando sobre isso. Mas no meio físico, o que a gente estudou? A gente estudou as chuvas, a temperatura, os ventos. Por que vento? Como a Anitta falou, incêndio é uma preocupação lá. Então, se a gente sabe as direções preferenciais do vento, isso nos ajuda no combate aos incêndios. A gente também foi estudar geologia, geomorfologia e pedologia. O que é isso? Geologia rocha é o que está lá embaixo, em cima da rocha a gente tem o solo, que é a pedologia, e o formato do relevo é a geomorfologia. Então, isso impacta diretamente nas ações que a gente tem que fazer, como fazer o manejo dos aceiros, qual a qualidade do solo que a gente tem ali, se a gente for fazer ações de manejo na vegetação, a gente precisa fazer algum trabalho especial. Então, tudo isso foi pensado no manejo da unidade. E a gente estudou os processos. Então, se tem inundação, estamos ao lado do Rio Juqueri, que é uma preocupação. Se temos movimentos de massa, deslizamentos. Então, tudo isso foi estudado, mas o ponto principal que a gente destaca é a parte dos recursos hídricos. Então, fomos estudar as águas, tanto o que nasce dentro do refúgio quanto o que entra no refúgio. Nasce fora e entra dentro do refúgio. E aí fizemos diversas análises em períodos do ano diferentes, como eu comentei, para entender que na chuva é de um jeito, no período seco é de outro, isso muda. Então, todos esses estudos foram feitos e, de modo geral, a gente identificou que a água que a gente tem nascida dentro do refúgio é de uma qualidade excelente, mas o que nasce fora e entra no refúgio vem numa qualidade péssima. Então, tudo isso serviu de base para algumas ações que a gente precisa tomar daqui para frente. Então, só para vocês terem uma ideia dessa questão da água, essas bolinhas vermelhas representam aí uma das coletas de água que a gente fez análise em laboratório relativa aos coliformes. Então, até 1.000 é um valor aceito. Acima de 1.000 é um valor que não é legal. Então, a gente tem essas pequenininhas bem no centro, aí dentro do refúgio, com valor de 1, 10, 20, água maravilhosa. E o que está entrando no refúgio, 500.000, 100.000, é um valor muito alto. Então, a gente precisa pensar em como trabalhar essa questão. Vai estar lá em um dos nossos programas de gestão. E aí falando um pouquinho agora do meio biótico. Como eu falei, a gente teve três grandes grupos de trabalho. O primeiro foi identificar a vegetação. Então, o refúgio é uma área que no passado foi uma plantação de eucaliptos, mas lá no passado, hoje, não é só eucalipto. Então, a gente tem a mata que está se desenvolvendo embaixo em diferentes estágios, a gente tem um pouco de mata original, e uma coisa muito importante que a gente pegou lá foram manchas de cerrado, que não é algo comum no município de São Paulo, mas foram detectados dentro do refúgio. Então é mais um ponto para a gente cuidar e tomar cuidado. E aí no levantamento da flora, que a gente teve a participação especial do pessoal do Herbário Municipal, que fez o levantamento das espécies, então, eu trouxe um dos muitos mapas que nós temos aí no nosso plano de manejo com a localização de espécies ameaçadas, raras e endêmicas, que acho que é um ponto que chama bastante a nossa atenção. Então, a gente tem vários exemplares dentro do refúgio e, de novo, nasceu eucalipto, a gente tem muita coisa lá dentro. E a gente também fez o estudo da fauna. Então, dos animais, os diversos grupos, não é à toa que se chamam Refúgio de Vida Silvestre. Eu vou mostrar um pouquinho das espécies que a gente identificou, mas para falar um pouco de números, a gente tem 596 espécies de flora que foram registradas. Só um pouquinho, né? Neste trabalho também, juntando trabalhos anteriores que foram realizados na região, sendo que dessas, 458 são nativas do município de São Paulo. Então, fazendo gancho com a apresentação anterior, temos aí uma quantidade bem interessante de nativas. E dessas nativas, 9 ameaçadas e 31 raras no município. E aí, só para ter uma ideia um pouquinho, que eu falei que a gente tem vegetações diferentes, em diferentes estágios dentro do refúgio. Então, foi desenvolvido esse mapa das fitofisionomias, então os tipos de vegetação. E só para vocês poderem começar a enxergar um pouquinho do que a gente tem lá. Então, a gente tem áreas de bosque heterogêneo, que tem os eucaliptos, mas com mata nascendo embaixo, de diferentes níveis, algumas bem desenvolvidas. Há parte dos campos, tanto o antrópico quanto o campo natural, com espécies de cerrado. E a parte de mata paludosa, vegetação herbácea, temos uma variedade. E aí com relação à fauna, como eu falei, não é um refúgio de vida silvestre à toa. Essa quantidade de espécies foi registrada somente nesses dois anos que a gente fez as campanhas de campo. Então, não é um trabalho que a gente fica só no escritório. A gente foi muito a campo, muitas vezes, muitas equipes. E aí conseguimos fazer o registro, lembrando, equipe do IPT, equipe da CTE e a equipe da fauna silvestre da secretaria que participou ativamente. Então, a gente teve 19 médios e grandes mamíferos, incluindo a onça parda e a lontra, 4 pequenos mamíferos não voadores, 10 morcegos, 18 peixes, 142 espécies de borboletas e mariposas, 4 répteis, 169 aves e 22 anfíbios. E aí, eu destaco aqui de novo os peixes. Quando a gente falou que a qualidade da água dentro do refúgio é muito boa, a gente encontrou uma espécie ameaçada, que é a cambua, e que é uma espécie que não aparece em qualquer lugar. Ela precisa de uma qualidade da água para conseguir se desenvolver, e ela foi localizada dentro do refúgio. E um outro ponto para a gente importante aqui também, é ótimo quando a gente registra muitas espécies, mas quando a gente registra poucas também chama a nossa atenção. Então, a pequena quantidade dos mamíferos não voadores, os ratinhos, os gambás, isso também chamou a nossa atenção e são ações que a gente está pensando lá no programa de gestão de como tentar enriquecer um pouquinho essa fauna. E aí você tem o status de novas espécies registradas para a região e novas espécies registradas para o município de São Paulo. Tudo fruto desse trabalho. Agora, falando um pouquinho do meio antrópico, a gente não está em uma ilha isolada, estamos no meio da cidade de São Paulo, próximo a municípios vizinhos,

então a gente precisa estudar o entorno, que o entorno influencia o refúgio e pode ser influenciado também pelo refúgio. Então, alguns destaques, a gente tem uma população significativa na região com altas taxas de crescimento. Então, temos que olhar para isso, está aumentando ali a população da região. A economia da região, de modo geral, é baseada em serviços e no comércio. E a gente tem um patrimônio natural e cultural muito expressivo na região, envolvendo sítios arqueológicos, bens tombados, outras áreas protegidas, como a Apa Cajamar, o Parque Estadual do Jaraguá, da Cantareira, Terra Indígena Jaraguá. Temos parques municipais ali no entorno, tantos os que já estão funcionando quanto diversos parques que estão em implantação e planejados. Isso é importante quando a gente pensa na conexão das áreas verdes também. E, claro, a gente tem que entender a legislação que incide ali sobre a região. Então, foram estudados 16 planos, 3 programas, caderno de bacia, a agenda para o desenvolvimento sustentável 2030 e a municipal. Então, o grande destaque que a gente tem ali para a região, vamos entender o entorno, como é que esse entorno está ocupado. Então, vocês vão ver grandes manchas vermelhas, que são áreas de reflorestamento, que estão a maior parte no município de Caieiras. A gente tem ali melhoramentos, isso chama atenção. E aqui, olhando para o município de São Paulo, o principal que a gente tem realmente são as áreas urbanizadas e edificadas. Então, mais um sinalzinho de alerta para a gente. E aí, como eu comentei, no final do diagnóstico, a gente fez todo esse estudo de gabinete, de campo, e fechamos com a parte participativa. Então, foram cinco oficinas, algumas online, algumas presenciais, onde a gente pôde apresentar para a população o que estava sendo feito, explicar o que é um refúgio de vida silvestre, e colher ali algumas informações que eles trouxeram para a gente. Então, alguns destaques que eles também entendem que a qualidade dos recursos hídricos na região não está legal, então bate com a nossa análise, isso é importante, e que eles sentem falta de áreas verdes e que para eles as áreas verdes elas são importantes para a saúde mesmo, para a gente poder ter uma saúde, saúde mental e física. Um ponto importante de destacar é que nessas oficinas, a maioria das pessoas que participaram se identificaram como pessoa física. Então, estou aqui me representando, não representando uma empresa, um conselho. Elas realmente estavam preocupadas em entender o que estava acontecendo lá. E aí nessas oficinas a gente faz uma série de dinâmicas, conversa com as pessoas, resgates, e a trazendo algumas coisinhas que elas falaram aqui que eu acho importante. Elas apontaram como a potencialidade da região, pensando aí na conservação e uso sustentável, 11 temas, mas eu vou destacar aqui a parte dos atributos ambientais que a região tem, o patrimônio natural e cultural, como eu falei, a parte de educação ambiental e a utilização de infraestrutura verde. E como fragilidade, na opinião de quem participou dessas oficinas, eles destacaram as políticas públicas insuficientes para o desenvolvimento sustentável local, algumas ações prejudiciais à fauna e a questão do desmatamento. Eles também percebem que temos oportunidades de melhorias, principalmente com políticas públicas. Então, a intenção é que o Refúgio de Vida Silvestre também pode ser um catalisador para efetivar alguma dessas políticas públicas e a parte de educação e interpretação ambiental. Então, estamos chegando aqui na parte do zoneamento. Então, entendemos o que acontece dentro do refúgio, o que acontece no entorno, e nada, nenhum desses estudos é à toa. A gente entende tudo o que acontece para poder colocar aqui as melhores formas para gerir. Então, lembrando que planos de manejo a gente não tira da nossa cabeça. Existem documentos que fazem essa regulamentação. Então, a gente tem roteiros federais e roteiros estaduais. Nesse caso, a gente está adotando o Roteiro Metodológico para Planos de Manejo do Estado de São Paulo, da Fundação Florestal, em 2022. Foi lançado quando a gente começou, então é um dos mais atuais que a gente tem no país. E aí ele traz, além da composição do plano, alguns conceitos. Eu acho que vou ficar lendo aqui para a gente não tomar muito tempo. Mas a ideia é uma divisão interna do refúgio, pensando nas características próprias, em áreas que vão ter as mesmas ações. E a gente também faz uma delimitação do entorno da área que a gente entende que pode influenciar o refúgio, que é o que a gente chama de zona de amortecimento. Essa área não faz parte da unidade de conservação, mas a gente coloca algumas diretrizes para tentar minimizar esse impacto. Então, para a gente fazer essa divisão interna, a gente agrupou diversos critérios que foram levantados lá no nosso diagnóstico. Então, a parte da vegetação, a parte da fauna, da flora, do meio físico, e aí chegamos em três tipos de zonas. A zona de conservação, onde a gente tem a mata mais desenvolvida, as espécies mais raras, as espécies em extinção, e a parte de meio físico mais frágil. Então, a gente tem um maior risco aí de ter um deslizamento, uma inundação para fazer parte da zona de conservação. Depois a gente tem uma zona de recuperação, então é onde a gente vai ter que ter outras ações para talvez melhorar um pouquinho aquela vegetação, é onde a gente tem os aceiros que precisam de alguma manutenção. E a zona de uso intensivo, que é onde a gente tem ali as construções, então, a sede, o próprio CeMaCAS, a base da GCM e os principais aceiros, que tem um pouco mais de movimento. Então, aqui a gente tem um mapa do refúgio com essas divisões. Então, em verde claro são as zonas de conservação, em rosa as zonas de recuperação e em vermelho, que é uma quantidade bem menor, é a zona de uso intensivo. Junto com isso, a gente entende que a gente ainda tem outras áreas que têm alguma restrição ou algum outro uso que a gente vai fazer. Então, a gente faz uma subdivisão dessas zonas, que são as áreas. Então, a gente tem duas áreas de administração, que são essas duas bolinhas azuis, que, na verdade, isso aqui é o entorno das torres de observação para o controle de incêndio, que a Anitta citou. Então, são áreas que a gente tem que ter ali alguns cuidados especiais, então, a gente achou interessante elas estarem demarcadas. A gente tem a área histórico-cultural, que é a área roxinha. Não sei se a gente consegue acompanhar, mas ela está

mais a norte. Ali é uma área pequena, mas é onde a gente tem uma parte da área tombada pelo CONDEPHAAT, relativa à estrada de ferro Perus-Pirapora, que temos algumas questões ali de conflitos que precisam ser tratados com cuidado. Então, a gente também achou interessante destacar essa área, e esses corredores que estão em laranja são as áreas que a gente entendeu que são de interesse para desenvolver educação e interpretação ambiental. Então, são aceiros já existentes, não estamos abrindo nenhuma trilha, nenhuma estrada nova. Estamos aproveitando o que já existe e que tem ali características interessantes para fazer essa visita. Então, onde a gente tem algumas há alguns exemplares arbóreos significativos, uma vegetação significativa. Então, tudo isso foi levado em consideração para a gente fazer essa delimitação. E aqui a gente tem a zona de amortecimento. Então, como eu falei, a gente tem o refúgio e a gente tem o entorno que influencia e pode ser influenciado. Então, como o refúgio é uma unidade municipal, a gente não pode delimitar isso para fora do município. Então, o nosso primeiro recorte é o limite do município de São Paulo. E para fazer a ligação, a gente utilizou algumas características importantes. Então, o próprio limite do Parque Estadual do Jaraguá, algumas zonas dentro do próprio zoneamento do município de São Paulo, outras áreas verdes do entorno e os corredores ecológicos da Mata Atlântica. Então, todas essas características foram consideradas para a gente chegar nessa delimitação. Pode passar. E aí, dentro dessa zona de amortecimento que é grande, nem tudo é igual. Então, para a gente conseguir colocar diretrizes que fariam sentido, a gente dividiu essa zona de amortecimento em três setores. O primeiro setor, que é o verde, onde a gente tem uma menor ocupação ainda, uma menor densidade populacional, são as áreas dos corredores ecológicos, de áreas verdes, parques urbanos. Então, áreas que a gente vai ter algumas diretrizes. O setor dois é o setor que está em amarelo. Então, ele é formado pelo perímetro do Projeto de Intervenção Urbana do ANESP e mais algumas áreas que estão classificadas como predominantemente industriais. Então, aqui a gente vai ter outras diretrizes. E o terceiro setor é o laranja. É um setor que a gente já tem edificações, ocupação já mais estabelecida. Também outras características diferentes. Pode passar, por favor. Não vou falar que todas essas diretrizes, que elas vão estar todas no plano, até pelo nosso horário, mas estão lá todas as diretrizes pensando para cada um dos setores. E aí falando um pouquinho sobre os programas de gestão. Então essa é a terceira grande parte de um plano de manejo, que é falar o que deve ser feito, por quem e quando, para a gente conseguir atingir os objetivos da qualidade de conservação. Então, a gente tem cinco grandes programas de gestão. Eu vou mostrar para vocês como eles estão organizados. Vocês vão ver, a gente tem diretrizes, o objetivo, quais são os subprogramas, as ações que têm que ser feitas, responsáveis e prazos. Com relação ao prazo, o que a gente está propondo? Ações de curto prazo têm que começar em até dois anos, médio prazo entre dois e cinco anos, longo prazo mais de cinco anos, e temos ações que são permanentes, tem que continuar aí durante todo o período. Pode passar. Então, o primeiro programa é o programa de gestão mesmo do refúgio ele tem como objetivo garantir a funcionalidade do refúgio, fornecendo estrutura e infraestrutura para o desenvolvimento dos demais programas, está dividido em três subprogramas, que um relacionado à parte de infraestrutura, outro recursos humanos e gestão participativa e um terceiro de fortalecimento institucional. Então, aqui a gente tem ações de manutenção mesmo, ali do dia a dia, de manter o conselho gestor, de ter o cargo de gestor da Unidade de Conservação. E aqui a tabelinha, para vocês terem uma ideia, ela é longa. Tem várias páginas, várias ações, com os responsáveis e com os prazos. O segundo programa está relacionado à parte de proteção e fiscalização do refúgio. Então, ele tem o objetivo de garantir a integridade física mesmo do refúgio, biológica e cultural. Ele está dividido em três subprogramas, um relacionado à parte de fiscalização, outro de prevenção e combate a incêndios e uma terceira de proteção ambiental. O terceiro programa, ele está relacionado à parte de pesquisa, conservação e monitoramento. Então, a gente não vai só manter, mas a gente vai continuar pesquisando, monitorando e fazendo a conservação da área. O objetivo dele é gerar, difundir e incentivar conhecimentos que auxiliem a gestão e o monitoramento do refúgio e suas diversas ações. E ele está dividido em dois subprogramas: um de pesquisa e conservação e um de monitoramento. Lembrando que lá nós temos o CeMaCAS, temos sultura de animais. Então, tudo isso está previsto aqui dentro desse programa de pesquisa e monitoramento. O quarto programa já está mais relacionado à parte do manejo e recuperação do refúgio. Então, pensando em assegurar e conservar a diversidade biológica e as funções dos ecossistemas, tanto aquáticos quanto terrestres. Aqui a gente tem três subprogramas também, um pensando na recuperação de áreas degradadas, então a parte mais do meio físico e das águas mesmo, um pensando no controle das espécies exóticas e exóticas invasoras, tanto de flora quanto de fauna, e um terceiro pensando na restauração ecológica. Aquela vegetação que não está tão desenvolvida como a gente pode desenvolver, aqueles só quatro pequenos mamíferos conseguimos ações para melhorar um pouquinho isso. Está tudo pensado aqui dentro. E o quinto grande programa é o de Educação Ambiental e Comunicação. Então, aqui a ideia é divulgar o Plano de Manejo, divulgar o refúgio, mas também contribuir para a conscientização da população sobre a importância de conservar o meio ambiente. Temos dois programas, um de educação e interpretação ambiental e um de comunicação, que a gente entende que é primordial para comunicar com a população numa linguagem que eles entendam. Não adianta despejar essas mil páginas do relatório técnico, que ninguém vai entender nada, não vai cumprir o objetivo. Então, isso está pensado aqui dentro desse programa. Pode passar, por favor. E para finalizar, como isso vai ser entregue? Então, nós temos três grandes publicações. A gente tem o plano de manejo completo, que vai ser disponibilizado em

cinco volumes no formato de e-book digital. Esse aqui que já está passando das 1.200 páginas. Tem uma linguagem mais técnica, tem todas as análises que foram feitas, todos os mapas, todas as interpretações. A gente vai ter um resumo disso, que vai estar disponível tanto na forma digital quanto na forma impressa, mas o resumo também tem umas 100 páginas. Assim, é bastante informação. E a gente vai ter um folder, que é uma linguagem bem mais simples, voltada para a população. Também vai estar disponível digital e impresso. E é isso. Obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Muito paradoxo. Obrigada. Já complementando, gostaria de nós recebermos, esses exemplários quando estiver pronto, deixa a gente deixar aqui na Secretaria do Verde, que é de muita importância para a gente deixar esses exemplários aqui. Fora esses novos que estão aqui na mesa, que acho que tem que estar online, mas não estou conseguindo ver, mas tem aqui, ela trouxe aqui, nove exemplários aqui. Então, é para a gente saber que é um trabalho exemplar. É um trabalho árduo, né, Anitta? E é um trabalho em conjunto aqui com a Secretaria do Verde, estão de parabéns. E abrimos agora para a perguntas, Ravena quer dar uma palavra, por favor?

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Óbvio que eu quero dar uma palavra. Primeiro, cumprimentar os dois times, tanto da Secretaria quanto do IPT, times femininos. Eu sou fã de equipe feminina, vocês sabem disso. Acho que vocês trabalham super bem. Esse trabalho é primoroso. Parabéns. Agradecer o empenho, agradecer o trabalho. Já pedi uma cópia dessas para mim, que eu quero ler. Eu gosto de ler tudo, eu li o PLANCLIMA inteiro, eu li todos os planos inteiros, eu quero ler esse inteiro de mil e poucas páginas. É isso, eu queria agradecer e dizer da importância da elaboração desse tipo de trabalho para a secretaria e para a cidade. Nós vamos ter muito mais que fazer, preparar mais planos desse tipo, acho que esse foi um exercício para os outros 23 que nós vamos ter que fazer. Nós estamos comprando já as áreas declaradas de utilidade pública e a maioria delas vai virar unidade de conservação, parques municipais naturais, então, esse trabalho vai se replicar aí pela cidade toda. Só agradecer muito e dar parabéns e agradecer imensamente e já deixar aqui o aviso que nós vamos fazer mais.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, secretário. Parabéns a todos, a equipe. Eu fico muito feliz com isso, agradecendo ao nosso secretário Rodrigo Ravena, que ele sempre nos dá apoio. Ele sabe, assim, quando a gente não está aqui na Secretaria, ele sabe onde nós estamos, né, Anitta? Correndo lá para os matos, enchendo os nossos pés de barro, pedindo as botas pra nossa coordenadora Juliana, então, assim, é um trabalho sensacional. Eu agradeço imensamente. Até eu quero convidar também os nossos conselheiros e conselheiras que estejam um dia conosco nesses dias de refúgio, um dia de aprendizado. Porque eu falo para a Anitta, quando eu estou com o pessoal dela, cada dia nós aprendemos mais. Agora vamos entrar para a pergunta e depois nós vamos para a aprovação, Anitta, Alessandra. Porque vamos deixar os nossos conselheiros perguntarem primeiro. Algum conselheiro e conselheira aqui, que queiram perguntar, questionar ou dialogar? Não? Então, dessa forma, vamos colocar em votação. A Celina.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Então, eu queria saber, essa apresentação depois vocês vão mandar pelo e-mail? É porque ela foi bem complexa. Então, eu queria dar uma lida.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Com certeza. Tanto da Celina aqui, a todos os conselheiros e conselheiras aqui presentes, do Felipe também. A Neuza dela após o almoço, após as 14 horas, como de costume, ela vai encaminhar para todos os conselheiros e conselheiras, o do Felipe e o da Anitta. Vai ser todo encaminhado. Conforme a gente já faz em todas as reuniões, todas as apresentações são encaminhadas. Obrigada, Celina. O Sr. Marco Lacava já estava com a mão levantada, abaixou, mas agora eu vou dar a palavra para o Sr.

Marco Antônio Lacava: Bom dia, conselheiros. Bom dia, secretário. Eu quero, neste momento, cumprimentar as brilhantes apresentações, muito claras, muito precisas, muito técnicas e muito importantes para nós todos que, como bem disse o secretário Ravena, nos empenhamos para dar sequência a uma reengenharia na área ambiental no município de São Paulo, muito bem conduzida pelo secretário e, evidentemente, à luz da intenção do prefeito Ricardo Nunes. Porém, nós nos empenhamos, nós trabalhamos muito. Eu tenho, nesses últimos anos, reparado um empenho muito grande por parte dos técnicos, por parte do secretário e por parte de toda a intenção daqueles que se preocupam com o meio ambiente, com as condições climáticas, com as mudanças, enfim. Mas teorias, zonas de amortecimento, grandes preocupações com planos, diretrizes, manejos, programas de gestão, apresentações brilhantes como a que acabamos de ouvir e de presenciar. Lamentavelmente, hoje pela manhã, a gente ouviu na imprensa que a Justiça de São Paulo suspende de forma liminar a construção de um condomínio no Jardim Marajoara, na Zona Sul, cuja obra prevê corte de setecentas árvores. A Promotoria do Meio Ambiente apontou que a área em questão é parcialmente recoberta por mata atlântica, o que garante ou garantiria proteção por lei federal. A construtora envolvida se defende dizendo que tem compromisso ambiental que prevê o corte de 450 árvores nativas, 150 árvores exóticas e 84 árvores invasoras. E eu pergunto, e deixo aqui o meu registro e a minha lamentação, como os técnicos, os colegas técnicos autorizam construtoras a remover espécies arbóreas em áreas de preservação da Mata Atlântica, ignorando lei federal para depois a justiça, a promotoria embargar.

É algo que vai na contramão de todo esse esforço, de todo esse empenho por parte do secretário e por parte de alguns, e principalmente por parte desse Conselho. Eu deixo aqui minha lamentação e minha preocupação com tanto envolvimento tecnológico, com tanta competência por parte daqueles que estão ao nosso lado trabalhando e diante de alguns episódios que lamentavelmente causam danos irreparáveis ao meio ambiente de São Paulo.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, doutor Lacava, pelas suas considerações aqui conosco. Realmente a gente viu isso aí hoje. Quero agradecer imensamente a sua participação e seu apontamento sobre esses cortes de árvores. Agora, parece que a internet está caindo aqui. Dona Maria de Fátima, por favor. Maria de Fátima. Então vamos colocar em votação o Plano de manejo Refúgio da Vida Silvestre, todos aprovam?

Marcia Ramos dos Santos: Sim.

Cláudio de Campos: Sim.

Marco Antônio Lacava: Sim.

Ligia Palma de Barros Latorre Lobo: Sim.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Sim.

Fanny Elisabete Moore: Aprovado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sim. Quem está sem áudio coloca no chat, por gentileza.

Juliano Ribeiro Formigoni: Sim.

Estela Macedo Alves: Sim, aprovado.

José Ramos de Carvalho: Ramos, sim.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Presidente não aprova, né?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Presidente não. Aqui nós temos dois conselheiros aqui presentes. O Gui, por favor. Sim, a nossa... Sim. Anitta, por favor. Sim. Então, como unanimidade presidente, né, até o Carlos pediu para perguntar se teve uma irrelevância. Não, mas não teve, Carlos. Então, temos aprovação de todos, Anitta, parabéns. Plano de Manejo do Refúgio da Vida Silvestre. Mais um belíssimo projeto já aprovado aqui no CADES municipal. O último foi da Dona Rosélia e agora é o da Anitta. Parabéns, Anitta, junto com o Grupo IPT. Parabéns. E vocês são sempre bem-vindos aqui com a gente. Antes agora de passar para o final, pelo nosso grupo do WhatsApp no dia 13/09, a nossa conselheira Fanny, Fanny eu preciso de você agora, junto comigo aqui, que é um assunto importante para a gente tratar. Ela pediu uma reunião extraordinária do Cades Municipal para a gente tratarmos sobre o tema de emergência climática na cidade de São Paulo. Eu já conversei com a Luciana e já conversei com a Laura, que é a nossa coordenadora aqui também, que faz parte de planos climáticos. E nós vamos verificar para ver se as duas entram juntos, secretário Ravena, para dialogar sobre o plano de emergência climática aqui. Mas aí a gente precisa aprovar aqui junto com os nossos conselheiros e conselheiras. Se vocês aprovam para a gente marcar uma data de reunião extraordinária só para tratar desse assunto. Aí eu conversando com a Laura e com a Luciana, ela é a chefe de gabinete das ações climáticas. Seria dia 02/10 ou dia 09/10, online, às 10 horas da manhã. Aí a Neuza e com a nossa querida estagiária Jéssica, a secretária está vendo que ela é excelente, ela é 10 essa menina, ela que está dando aulas, ela que está fazendo todas as aulas, que nós temos agora as reuniões, ela que montou todas as aulas. Então, ela vai montar um informe e vai encaminhar no grupo aqui para a gente. E vocês vão escolher essas duas datas, 02/10 ou dia 09/10, a data que ganhar, aí nós vamos marcar. Só que, para marcar essa extraordinária, a gente precisa aprovar aqui com os nossos conselheiros, então, se estão aptos ou não essa reunião. A Fanny e o Ramos pediram essa reunião. Então, eu dou agora a palavra para a Fanny, logo em seguida para o Sr. José Ramos, que nos informaram sobre essa extraordinária. Fanny e o Sr. José Ramos, eu peço só, por gentileza, que seja um pouquinho mais sensível e breve, meio objetivo, porque já estamos no horário de meio-dia e dez, e ainda a gente precisa estar aprovando essa reunião aqui para a gente. Fanny, por gentileza.

Fanny Elisabete Moore: Então, é rápido. A razão pela qual eu fiz essa proposta foi em cima de algumas informações que o senhor José Ramos mandou no nosso grupo CADES. E do que nós, cidadãos dessa cidade, vivemos nesses quatro dias, onde quase não conseguimos respirar por conta da qualidade do ar ruim. Então, aqui, esse ambiente, este lugar da cidade, este conselho, tem aqui representantes de quase todas as secretarias da Prefeitura. São especialistas que podem apontar com rapidez que ação nós podemos fazer para resolver a questão climática quando ela vier, que eu acho que agora nós precisamos trabalhar na prevenção e estar prontos para agir na hora que isso vier acontecer novamente. Essa é uma das questões. A outra questão, os demais conselheiros representam aqui entidades do município muito importantes, que têm também contribuições importantes a dar. Então, a ideia é que, para essa reunião, fiquei muito feliz com o convite da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas e da professora Laura, porque são duas pessoas que têm, a entidade, a secretaria, a Laura, têm estado aqui conosco e são centrais na definição dessas ações emergenciais. E a ideia de que eu gostaria de propor é que para

esta reunião, cuja data vamos aprovar, as pessoas trouxessem às secretarias que ações seriam essas, porque depois nós vamos precisar contar com as redes de disseminação da área da educação, da área da saúde, que são duas das maiores redes da cidade de São Paulo, e depois da Secretaria do Verde com seus parques, as subprefeituras com as suas unidades. Nós vamos precisar contar com as redes de disseminação dessas ações. Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Fanny. Sr. José Ramos. Sim secretário.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: É importante que o CADES se manifeste sobre isso. O prefeito criou um grupo especial. Estou tentando achar o nome, cada coisa tem um nome. Mas, espera aí, eu já vou dizer.

Fanny Elisabete Moore: É comitê.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: É comitê social.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: De crises, toda sexta-feira tem reunião, são os secretários que estão reunidos, e aí aqui fica um compromisso meu, de levar para esse comitê o que o CADES deliberar ou o que o CADES sugerir, mas de toda e qualquer forma a gente está levando para, como Secretaria do Verde, está levando as sugestões de ações imediatas para além daquelas que já estão sempre em andamento, como operação baixas temperaturas, operação altas temperaturas, plantio de incremento e coisas desse tipo, mas é importante que o CADES também encaminhe, e aqui como presidente fica o meu compromisso de levar para esse comitê também o que o CADES deliberar.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, secretário. Senhor José Ramos, por favor.

José Ramos de Carvalho: Olá, bom dia. Estou em trânsito, estão me ouvindo por aí?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sim, José Ramos.

José Ramos de Carvalho: Então, eu acho que o que a Fanny já passou é perfeito, está dentro do contexto que estamos imaginando, sem dúvida, e a única coisa que eu reivindico junto ao CADES, que seja presencial, né, híbrida, no caso a reunião, justamente para a gente entender quais são as entidades que de fato estão participando, né, porque, secretário, quando fica dentro da plataforma digital, a gente não tem conhecimento de quem de fato está participando, e o presencial vai dar essa luz para nós, que a Fanny acabou de informar, é extremamente importante. Que tem, então, várias instituições da sociedade civil, como o a FECOMÉRCIO, a Associação Comercial, as construtoras, todos os envolvidos, para a gente entender o que vai ser esse verão que está chegando e de tudo o que aconteceu recentemente de muita gravidade. Ok. Obrigada. Vamos em frente nessa história aí.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Sr. José Ramos. Então, diante do esclarecimento do nosso secretário Rodrigo Ravena, sobre o nosso comitê que a secretaria também já está a par e está participando também, sobre o esclarecimento da Fanny, sobre o esclarecimento também do Sr. José Ramos, vamos então aprovar se vai ter ou não a nossa reunião extraordinária. Todos de acordo?

Marcia Ramos dos Santos: Sim, de acordo.

Fanny Elisabete Moore: Sim, de acordo.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Sim, sim.

Estela Macedo Alves: Sim.

Marcos Antônio Santos Romano: Sim, de acordo.

José Reinaldo Brígido: Sim, de acordo.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Ah, pelo chat também já estou aqui recebendo de acordo. Então, foi aprovada a nossa reunião extraordinária do CADES Municipal para tratarmos do assunto sobre o tema emergência climática da cidade de São Paulo. Hoje à tarde, a Neuza está aqui do meu lado e ela vai encaminhar esses informes para vocês. Vocês vão escolher a melhor data, dia 02/10 ou dia 09/10. Aí, o que cair para mais, aí será a data estipulada. Então eu peço, por gentileza, que deixe já na agenda dos senhores e das senhoras, programada essa reunião às 10 horas da manhã, via online. Não será presencial, mas sim híbrida. Quem quiser vir presencial vai ser na sala do térreo. Então a gente vai também já acolhendo vocês aqui. Que nem hoje a salinha está cheia, eu fico feliz por isso.

Marcos Antônio Santos Romano: Liliane, qual dos dois dias foi?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Dois dias, dia 02 de outubro e dia 9 de outubro.

Marcos Antônio Santos Romano: Serão duas reuniões?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Nós vamos colocar para os senhores escolherem uma das duas datas, ou dia 2 de outubro ou dia 9 de outubro, que é uma das duas datas que a Laura e o secretário têm na agenda deles. Tinha do dia 25/09, só que dia 25/09 a gente tem a nossa segunda e última

reunião, que é da Comissão Especial do Corredor Ecológico. E muitos aqui, nossos conselheiros, fazem parte dessa comissão. Então, aí, dia 25 a gente cortou, senão vai ficar duas reuniões no mesmo dia e vai ficar meio tumultuado para todos aqui, para a gente. Está bem? Então, aí, passando para o último. E lembrando também aos nossos conselheiros e conselheiras, que dia 23 de setembro, às 10 horas, online também. A gente vai ter nossa reunião da Câmara Técnica de Elaboração de Pautas, que nós vamos tratar também dos nossos assuntos das reuniões, que já temos as pautas do dia 13 de novembro e 11 de dezembro. Então, as pautas, Fanny, nosso secretário Ravena, que vierem agora para a gente começar a aprovar, a gente vai aprovar para janeiro de 2025, porque a gente já não tem mais espaço na nossa agenda aqui. Eu fico feliz por isso. Estamos aqui ainda na fila de colocar mais três aqui ainda. Então, eu vou colocar, eu vou ver o que eu vou fazer, vou remanejar isso aqui. Ou a gente faz um tempo menor, que ainda já está esses pedidos para a gente aqui. Fanny, então, eu vou tentar (som ininteligível) um pouquinho e ver o que eu posso fazer com isso. Mas eu vou organizar essa parte aí. Fanny, por favor, e depois já vou passar a palavra para o nosso secretário Ravena para o término da nossa reunião de hoje.

Fanny Elisabete Moore: Liliane, a respeito da pauta, eu sou Câmara Técnica de Pauta e nós conseguimos fazer somente uma reunião esse ano. Então, eu não entendo como os outros temas entram na pauta e não passam pela Câmara. Eu não sei muito bem como funciona, porque nós agora já temos só para 2025. Então, eu não sei se eu perdi alguma orientação, se eu não compreendi corretamente, mas a Câmara, essas coisas não passam pela Câmara de Pauta. Então, a gente só teve uma reunião.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sim, Fanny, deixa eu te explicar. Nós tivemos a última reunião e a reunião agora do dia 23, nós vamos tratar da reunião do dia 13 de novembro, dia 11 de dezembro. E vamos acrescentar as pautas que vão vir em janeiro de 2025. Então, a nossa reunião do dia 23, agora de setembro, nós vamos tratar das pautas de 13 de novembro e 11 de dezembro. E as pautas que nós vamos declarar para 2025, nós vamos já deixar isso também já pré-agendado, pré-definidos, onde eu vou colocar as pautas que vão entrar para janeiro e fevereiro, ver como é que a gente pode estar fazendo, diminuir o tempo de aprovação, de apresentação. Então é isso que a gente vai resolver isso na nossa reunião do dia 23. Por isso vai ser a nossa segunda reunião.

Fanny Elisabete Moore: Eu tenho mais um pedido, eu fiz a réplica para a SP Regula, eles já responderam, acho que passou para a ciência de todo mundo, e eu pedi até bom que o secretário Ravena esteja conosco, porque algumas das questões têm que ser respondidas por outros organismos, então, eu queria sua orientação, Liliane, se eu tenho que fazer uma outra, uma tréplica, ou se simplesmente eu aguardo que a Secretaria do Verde, o Comitê e os outros órgãos envolvidos complementam as respostas. O que eu devo fazer?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Fanny, eu te oriento a encaminhar novamente o e-mail, solicitando uma tréplica para dar os seus questionamentos. E aí, assim, eu vou encaminhar para os departamentos responsáveis para responder junto com você, está bom? Eu peço a sua gentileza. Você pode, sim, encaminhar. Eu peço só, por favor, que não encaminhe via WhatsApp, porque eu peço para deixar registrado via o e-mail do Cades, onde o Sérgio e a Neuza que cuidam desse e-mail. Então, eles recebem esse e-mail, a gente registra, a gente cria o SEI e encaminha para as unidades de cada coordenação responsável para a nossa Secretaria do Verde ou até mesmo para outras secretarias fora que tiver a competência de responder, para eles responderem junto conosco. Então, eu peço, por gentileza, que você faça novamente a sua tréplica, para deixar bem esclarecido.

Fanny Elisabete Moore: Aproveitando, por exemplo, essa questão está acontecendo, Liliane, secretário Ravena, porque a gente não tem mais a AMLURB e cada um desses organismos responde separadamente. Então, a gente não consegue ter uma visão conjunta. Como existe uma comissão da Secretaria do Verde para tratar da questão, eu gostaria muito que essa comissão pudesse nos ajudar com as respostas, porque a gente fica com as coisas partidas e não chega a uma conclusão sobre o conjunto. Obrigada.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Fanny, deixa eu só fazer um esclarecimento aqui. Realmente isso ficou meio perdido aí na gestão da prefeitura. Alguns organismos se dividiram, como, por exemplo, a AMLURB e deixou de existir, mas está na fase final da regulamentação e criação de uma unidade de gestão dentro da SP Regula para tratar de todos os assuntos que eram tratados por ações, parcerias ou contratações ou, Lili desliga o microfone, por favor. Estou fazendo eco aí. Então, a partir de outubro, agora, deve ser mais fácil a gente conseguir as respostas. Mas, de qualquer forma, já dizendo que é necessário que as respostas sejam dadas para esse conselho, aliás, esse conselho é a razão da existência da Secretaria, encaminha, por favor, a sua tréplica por e-mail, e se for o caso eu mesmo encaminho para os secretários ou presidentes de empresas que sejam responsáveis pelo serviço que a gente está questionando. Eu faço isso pessoalmente, eu assino o ofício cobrando a resposta, está bom? Mas eu espero, pelo menos é isso que está tratado dentro da gestão, do governo do Prefeito Ricardo Nunes é que a gente passe a ter agora um órgão centralizador dentro da SP Regula que vai tratar de responder e dar conta das informações necessárias de todas essas unidades que foram ou extintas ou desmembradas de uma forma mais séria, para que a gente não fique perdido no emaranhado burocrático.

Fanny Elisabete Moore: Ótimo, muito obrigada, secretário. Isso vai ser superimportante.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Nada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Fanny. A Delaine, por favor.

Delaine Guimarães Romano: Bom dia, Lili, bom dia, secretário. Eu queria saber o seguinte. Eu não sei se eu estou enganada ou não, mas achei na minha caixa de spam uma convocação que veio do Sérgio para aquela comissão de pauta.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Esse mesmo.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Dia 23.

Delaine Guimarães Romano: Ah, mas essa não é do corredor?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Não. Do corredor é dia 25. Por isso eu pedi para vocês não confundirem. Dia 23 é de pauta. Dia 23 de setembro é de pauta. E dia 25 é do corredor.

Delaine Guimarães Romano: Ah, então está.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Eu vou pedir para o Sérgio fazer um relatório certinho, ele vai colocar certinho no e-mail de hoje, a data do dia 23, do dia 25 e a última data agora da nossa reunião extraordinária. Então ele vai caminhar tudo junto no e-mail do CADES Municipal. Ai vocês ficam cientes e fica bem-organizado entre vocês aí.

Delaine Guimarães Romano: Só para completar, foi ótima essa notícia do secretário sobre a SP Regula. A gente precisa mesmo de alguma coisa, um pouquinho mais, um acompanhamento mais direto.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Necessário.

Delaine Guimarães Romano: Obrigada.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: De nada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Delaine. Passo agora a palavra ao nosso secretário Rodrigo Ravena para dar encerramento à nossa reunião de hoje do CADES Municipal. Quero agradecer a todos os conselheiros e conselheiras que presentem presencialmente e online. Secretário Ravena.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Bom, obrigado. Agradecer a todos e todas. Agradecer as apresentações que foram muito boas. Demonstrou a capacidade dos parceiros e da secretaria de produzir conhecimento e informação técnica de nível. E eu queria fazer um pedido aos conselheiros e conselheiras. A gente fala muito e o povo fala muito, as pessoas falam muito do que se tira, mas ninguém fala do que se planta. De agosto, de janeiro a agosto, nós plantamos 31.246 árvores na cidade de São Paulo. Então, eu queria que os conselheiros ajudassem a gente a divulgar que a gente está fazendo incremento também porque às vezes parece que a gente está só autorizando a tirar. E as autorizações sempre são dadas com base na lei. Então, como eu já tinha falado lá atrás, a gente está fazendo estudo para aperfeiçoamento da legislação de autorização de manejo, que devem levar a um lugar melhor ao longo do tempo. Mas, encarecidamente, que divulguem o que a Secretaria faz. São 31 mil árvores plantadas de janeiro a agosto. Então, agradecer de novo a presença de todos, agradecer a apresentação, ficar à disposição para o que vocês precisarem, contem com o gabinete, contem comigo pessoalmente, para encaminhar as demandas desse conselho que é tão importante e caro para a Secretaria. Então, bom dia a todos e declaro aqui encerrada a presente reunião.

São Paulo, 18 de setembro de 2024

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Documento: [111399173](#) | Resolução

Resolução nº 275/CADES/2024, de 18 de setembro de 2024.

Dispõe sobre a aprovação da ata da 267ª Reunião Plenária Ordinária CADES.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, conforme a 268ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, a Ata da 267ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiros que aprovaram a Resolução:

LIGIA PALMA DE BARROS LATORRE LOBO

MARCO ANTONIO SANTOS ROMANO

JANAINA SOARES SANTOS DECARLI

ADRIANA MARIA SABBAG NEUBER

MAGALI ANTÔNIA BATISTA

CLAUDIO DE CAMPOS

KELLY AKEMI MIMURA

MARCIA RAMOS DOS SANTOS

ALEXANDRA VIEGAS OLIVA

ROSÉLIA MIKIE IKEDA

ANITA DE SOUZA CORREIA MARTINS

JULIANO RIBEIRO FORMIGONI

GILSON GONÇALVES GUIMARÃES

CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO

MARCO ANTONIO LACAVAL

ESTELA MACEDO ALVES

JOSÉ RAMOS DE CARVALHO

FANNY ELISABETE MOORE

MARIA DE FÁTIMA SAHAROVSKY

DELAINE GUIMARÃES ROMANO

CELINA CAMBRAIA FERNANDES SARDÃO

Coordenadora Geral: Liliane Neiva Arruda Lima

Secretário Executivo da Mesa: Rute Cremonini de Melo

São Paulo, 18 de setembro de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

Documento: [111421052](#) | Resolução

Resolução nº 276/CADES/2024, de 18 de setembro de 2024.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Anhanguera.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, conforme a 268ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, o Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Anhanguera.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiros que aprovaram a Resolução:

LIGIA PALMA DE BARROS LATORRE LOBO

MARCO ANTONIO SANTOS ROMANO

GIOVANNA ESTEVAM SAQUIETTI

JANAINA SOARES SANTOS DECARLI

ADRIANA MARIA SABBAG NEUBER

MAGALI ANTÔNIA BATISTA

CLAUDIO DE CAMPOS

KELLY AKEMI MIMURA

MARCIA RAMOS DOS SANTOS

ALEXANDRE VIEGAS OLIVA

ROSÉLIA MIKIE IKEDA

ANITA DE SOUZA CORREIA MARTINS

JULIANO RIBEIRO FORMIGONI

GILSON GONÇALVES GUIMARÃES

CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO

MARCO ANTONIO LACAVAL

ESTELA MACEDO ALVES

JOSÉ RAMOS DE CARVALHO

FANNY ELISABETE MOORE

MARIA DE FÁTIMA SAHAROVSKY

DELAINÉ GUIMARÃES ROMANO

CELINA CAMBRAIA FERNANDES SARDÃO

Coordenadora Geral: Liliane Neiva Arruda Lima**Secretário Executivo da Mesa:** Rute Cremonini de Melo

São Paulo, 18 de setembro de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

NUCLEO DE AVALIAÇÃO DE ARVORE EM AREA INTERNA**Documento:** [110723659](#) | **Despacho deferido****6045.2024/0001020-9 - Solicitação de autorização para supressão de exemplar de porte arbóreo em área interna particular - Avenida Guarapiranga, 4787 - Jardim São Francisco****Despacho deferido****DESPACHO Nº 1225/2024**

I - Em análise ao pedido de reconsideração de Despacho e no uso das atribuições que me foram conferidas pelo artigo 18 do Decreto Estadual nº 30.443/1989, alterado pelo Decreto Estadual nº 39.743/1994, e Lei Municipal nº 17.794/2022, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial o teor do Relatório Fotográfico e Laudo Técnico contratado pelo interessado em documentos SEI [109052082](#) e [110703112](#) e informações técnicas da Divisão de Arborização Urbana em documento SEI [110703304](#), que adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, em caráter excepcional, com fundamento no Artigo 14, inciso V da Lei Municipal nº 17.794/2022, a remoção por supressão de de 01 (um) exemplar de *Ficus benjamina* (ficus) localizado à Avenida Guarapiranga, 4787 - Jardim São Francisco, sob jurisdição da Subprefeitura M'Boi Mirim.

II - DETERMINO que seja providenciado pelo requerente a devida substituição por 01 (uma) muda arbórea no padrão 3 conforme Art. 2º da Portaria 51/SVMA/2024, espécie/porte e local indicados no Projeto de Plantio Substitutivo apresentado em SEI [109052074](#) e [110703112](#) conforme artigo 42 da Lei Municipal nº 17.794/2022 e sendo a espécie constante da Lista de espécies arbóreas nativas do Município de São Paulo anexa da Portaria nº 26/SVMA/2024, que pode ser acessada através do link: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-svma-26-de-29-de-abril-de-2024/anexo/6630f95e1411921bd0e22131/Arvores_nativas_MSP_Herbario_1

III - O presente despacho autoriza o REQUERENTE a realizar o manejo arbóreo conforme itens I e II.

IV - O presente despacho possui prazo de 12 (doze) meses a contar da sua publicação.

V - A comunicação do(s) plantio(s) substitutivo(s) deverá(ão) ser apresentada no prazo de até 05 (cinco) dias da sua realização, mediante relatório técnico e fotográfico.

VI - Após 12 (doze) meses do plantio deverá ser apresentado relatório técnico fotográfico comprovando a consolidação da(s) muda(s) plantada(s).

VII - A comunicação dos itens V e VI deverá ser feita após a execução do serviço e até o término do prazo definido no item V deste despacho através do Portal SP-156 ou pelo email vegetacaosignificativa@prefeitura.sp.gov.br. A apresentação dos relatórios será(ão) alvo(s) de fiscalização pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente que deverá atestá-lo(s), nos termos da legislação vigente.

VI - Por esse despacho ficam comunicados os órgãos de preservação responsáveis pelas áreas tombadas em seu caráter de patrimônio histórico-cultural, não isentando o interessado de obter as autorizações necessárias nos órgãos competentes.

VII - Publique-se.

VIII - Determino a custódia do processo à Divisão de Arborização Urbana até cumprimento do item V deste Despacho.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena**Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente****Documento:** [110585843](#) | **Despacho deferido****6050.2024/0012230-6 - Solicitação de autorização para supressão de exemplares de porte arbóreo em área interna particular- Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 2420****Despacho deferido****DESPACHO Nº 1215/2024**

I - Em análise ao pedido de reconsideração de Despacho conforme novos documentos apresentados e no uso das atribuições que me foram conferidas pelo artigo 18 do Decreto Estadual nº 30.443/1989, alterado pelo Decreto Estadual nº 39.743/1994, e Lei Municipal nº 17.794/2022, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial o teor do Relatório Fotográfico e Laudo Técnico contratado pelo interessado em documento SEI [110583780](#) e informações técnicas da Divisão de Arborização Urbana em documento SEI [110584968](#), que adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, em caráter excepcional, com fundamento no Artigo 14, inciso IV da Lei Municipal nº 17.794/2022, a remoção por supressão de 02(dois) exemplares de *Ficus benjamina* (Figueira) localizados à Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 2420, sob jurisdição da Subprefeitura Pinheiros.

II - DETERMINO que seja providenciado pelo requerente a devida substituição por 02 (duas) mudas arbóreas no padrão 3 conforme Art. 2º da Portaria 51/SVMA/2024, espécies/portes e locais indicados no Projeto de Plantio Substitutivo apresentado em SEI [110583780](#) conforme artigo 42 da Lei Municipal nº 17.794/2022 e sendo as espécies constantes da Lista de espécies arbóreas nativas do Município de São Paulo anexa da Portaria nº 26/SVMA/2024, que pode ser acessada através do link: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-svma-26-de-29-de-abril-de-2024/anexo/6630f95e1411921bd0e22131/Arvores_nativas_MSP_Herbario_1

III - O presente despacho autoriza o REQUERENTE a realizar o manejo arbóreo conforme itens I e II.

IV - O presente despacho possui prazo de 12 (doze) meses a contar da sua publicação.

V - A comunicação do(s) plantio(s) substitutivo(s) deverá(ão) ser apresentada no prazo de até 05 (cinco) dias da sua realização, mediante relatório técnico e fotográfico.

VI - Após 12 (doze) meses do plantio deverá ser apresentado relatório técnico fotográfico comprovando a consolidação da(s) muda(s) plantada(s).

VII - A comunicação dos itens V e VI deverá ser feita após a execução do serviço e até o término do prazo definido no item V deste despacho através do Portal SP-156 ou pelo email vegetacaosignificativa@prefeitura.sp.gov.br. A apresentação dos relatórios será(ão) alvo(s) de fiscalização pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente que deverá atestá-lo(s), nos termos da legislação vigente.

VI - Por esse despacho ficam comunicados os órgãos de preservação responsáveis pelas áreas tombadas em seu caráter de patrimônio histórico-cultural, não isentando o interessado de obter as autorizações necessárias nos órgãos competentes.

VII - Publique-se.

VIII - Determino a custódia do processo à Divisão de Arborização Urbana até cumprimento do item V deste Despacho.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena**Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente****Documento:** [110987984](#) | **Despacho deferido****6053.2024/0002814-4 - Solicitação de autorização para supressão de exemplar de porte arbóreo em área interna particular - Rua Missionários, 139****Despacho deferido****DESPACHO Nº 1242/2024**

I - Em análise ao pedido de reconsideração de Despacho conforme justificativas em documento 110101590 e no uso das atribuições que me foram conferidas pelo artigo 18 do Decreto Estadual nº 30.443/1989, alterado pelo Decreto Estadual nº 39.743/1994, e Lei Municipal nº 17.794/2022, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial o teor do Relatório Fotográfico e Laudos Técnicos contratados pelo interessado em documentos SEI [103167456](#), [103167472](#) e [104326926](#) e informações técnicas da Divisão de Arborização Urbana em documento SEI [110939463](#), que adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, em caráter excepcional, com fundamento no Artigo 14, inciso V da Lei Municipal nº 17.794/2022, a remoção por supressão de 01 (um) exemplar de *Spathodea campanulata* (espatódea) localizado à Rua Missionários, 139, sob jurisdição da Subprefeitura Santo Amaro.

II - DETERMINO que seja providenciado pelo requerente a devida substituição por 01 (uma) muda arbórea no padrão 3 conforme Art. 2º da Portaria 51/SVMA/2024, espécie e local indicados no Projeto de Plantio Substitutivo apresentado em SEI [110986051](#) conforme artigo 42 da Lei Municipal nº 17.794/2022 e

sendo a espécie constante da Lista de espécies arbóreas nativas do Município de São Paulo anexa da Portaria nº 26/SVMA/2024, que pode ser acessada através do link: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-svma-26-de-29-de-abril-de-2024/anexo/6630f95e1411921bd0e22131/Arvores_nativas_MSP_Herbario_1

III - O presente despacho autoriza o REQUERENTE a realizar o manejo arbóreo conforme itens I e II.

IV - O presente despacho possui prazo de 12 (doze) meses a contar da sua publicação.

V - A comunicação do(s) plantio(s) substitutivo(s) deverá(ão) ser apresentada no prazo de até 05 (cinco) dias da sua realização, mediante relatório técnico e fotográfico.

VI - Após 12 (doze) meses do plantio deverá ser apresentado relatório técnico fotográfico comprovando a consolidação da(s) muda(s) plantada(s).

VII - A comunicação dos itens V e VI deverá ser feita após a execução do serviço e até o término do prazo definido no item V deste despacho através do Portal SP-156 ou pelo email vegetacaosignificativa@prefeitura.sp.gov.br. A apresentação dos relatórios será(ão) alvo(s) de fiscalização pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente que deverá atestá-lo(s), nos termos da legislação vigente.

VI - Por esse despacho ficam comunicados os órgãos de preservação responsáveis pelas áreas tombadas em seu caráter de patrimônio histórico-cultural, não isentando o interessado de obter as autorizações necessárias nos órgãos competentes.

VII - Publique-se.

VIII - Determino a custódia do processo à Divisão de Arborização Urbana até cumprimento do item V deste Despacho.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena**Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente****Documento:** [110598940](#) | **Despacho deferido****6046.2024/0008001-6 - Solicitação de autorização para supressão de exemplar de porte arbóreo em área interna pública - Avenida Alcântara Machado, nº 3107****Despacho deferido****DESPACHO Nº 1217/2024**

I - Em análise ao pedido de reconsideração de Despacho conforme justificativas em documento 110590804 e no uso das atribuições que me foram conferidas pelo artigo 18 do Decreto Estadual nº 30.443/1989, alterado pelo Decreto Estadual nº 39.743/1994, e Lei Municipal nº 17.794/2022, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial o teor do Laudo Técnico contratado pelo interessado em documento SEI [109153443](#) e informações técnicas da Divisão de Arborização Urbana em documento SEI [110597719](#), que adoto como razão de decidir, **AUTORIZO**, em caráter excepcional, com fundamento no Artigo 14, incisos III e IV da Lei Municipal nº 17.794/2022, a remoção por supressão de 01 (um) exemplar morto/seco de espécie não identificada localizado na Avenida Alcântara Machado, nº 3107, sob jurisdição da Subprefeitura Mooca.

II - DETERMINO que seja providenciado pelo requerente a devida substituição por 01 (uma) muda arbórea no padrão 3 conforme Art. 2º da Portaria 51/SVMA/2024, porte e local indicados no Projeto de Plantio Substitutivo apresentado em SEI [109153443](#) conforme artigo 42 da Lei Municipal nº 17.794/2022 e sendo a espécie constante da Lista de espécies arbóreas nativas do Município de São Paulo anexa da Portaria nº 26/SVMA/2024, que pode ser acessada através do link: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-svma-26-de-29-de-abril-de-2024/anexo/6630f95e1411921bd0e22131/Arvores_nativas_MSP_Herbario_1

III - O presente despacho autoriza o REQUERENTE a realizar o manejo arbóreo conforme itens I e II.

IV - O presente despacho possui prazo de 12 (doze) meses a contar da sua publicação.

V - A comunicação do(s) plantio(s) substitutivo(s) deverá(ão) ser apresentada no prazo de até 05 (cinco) dias da sua realização, mediante relatório técnico e fotográfico.

VI - Após 12 (doze) meses do plantio deverá ser apresentado relatório técnico fotográfico comprovando a consolidação da(s) muda(s) plantada(s).

VII - A comunicação dos itens V e VI deverá ser feita após a execução do serviço e até o término do prazo definido no item V deste despacho através do Portal SP-156 ou pelo email vegetacaosignificativa@prefeitura.sp.gov.br. A apresentação dos relatórios será(ão) alvo(s) de fiscalização pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente que deverá atestá-lo(s), nos termos da legislação vigente.

VI - Por esse despacho ficam comunicados os órgãos de preservação responsáveis pelas áreas tombadas em seu caráter de